

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL - UNINTER
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

ANY KAMILLA DOS SANTOS

RU 1274363

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL DA MULHER NEGRA RESIDENTE
EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA: SOB O OLHAR DO SERVIÇO
SOCIAL.**

CURITIBA

2022

ANY KAMILLA DOS SANTOS

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL DA MULHER NEGRA RESIDENTE
EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA: SOB O OLHAR DO SERVIÇO
SOCIAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à disciplina e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Professora, Me. Raquel Barcelos de Araújo.

CURITIBA

2022

ANY KAMILLA DOS SANTOS - RU 1274363

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL DA MULHER NEGRA RESIDENTE
EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA: SOB O OLHAR DO SERVIÇO
SOCIAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, apresentado à disciplina de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER / Curitiba-PR, como requisito final para a obtenção do título de Bacharel.

Aprovado em: ____ de _____ de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Professora Me. Cleci Elisa Albiero
Centro Universitário Internacional - Uninter

Professora Me. Elaine Aparecida Batista
Fundação de Ação Social – CRAS Regional Bairro Novo

Professora Me. Raquel Barcelos de Araújo
Centro Universitário Internacional - Uninter

Dedico esse trabalho a minha avó e a
minha mãe, que me inspiraram nesse
caminho. E a todas as mulheres negras,
que a cada dia elas possam se
ressignificar.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pois ao longo da minha trajetória no curso senti que muitas vezes ele esteve trilhando meu caminho. Sempre me dando a certeza que o Serviço Social é minha missão de vida.

Agradeço a minha mãe, que me trouxe a esse mundo e que da melhor forma que pode me criou e me permitiu ser a mulher que sou hoje. Agradeço a minha avó que não está mais entre nós, mas do céu ela me protege todos os dias. Agradeço ao meu avô, que também não está entre nós, e mesmo não tendo laços sanguíneos foi o pai de todos nós em minha família, obrigada por nos escolher e acolher nesta vida. Agradeço também a todos os meus 6 irmãos mais novos, que a cada dia me dão força para caminhar em busca da mudança por eles, porque eles merecem um mundo livre do preconceito. Agradeço também ao meu marido Gabriel que tem sido meu maior suporte nesses anos e a sua família por todo o apoio que recebemos.

Agradeço também a todos os professores e professoras que tive ao longo desses 4 anos no curso de Serviço Social na Uninter. Em especial agradeço ao professor Rafael Carmona que deu minha primeira aula na graduação e desde então vem me inspirando a ser o tipo profissional que eu quero me tornar, obrigada pelos puxões de orelha foram eles que possibilitaram que eu chegasse aqui hoje.

Agradeço especialmente também a professora Raquel Barcelos de Araújo, que desde a primeira vez que a vi foi uma inspiração, uma representação de onde eu posso chegar também. Além disso foi uma orientadora muito prestativa, paciente, atenciosa e carinhosa. Ela sempre deu o seu melhor e fez com que eu desse o meu melhor também.

Agradeço também aos colegas e amigos que de formação, sem eles realmente a jornada seria deveras mais difícil. Agradeço especialmente a minha amiga Isabella Chiara, que me ajudou muito no processo de formação e eu serei sempre grata.

Agradeço também todas as minhas supervisoras de estágio Mariana, Vanessa e Sirlene, cada uma a seu modo me ensinaram como ser uma profissional ética e comprometida com o fazer profissional. Agradeço aos campos de estágio Fundação Iniciativa e CRAS Durval Weber pela oportunidade e pela acolhida.

Por fim agradeço ao PROUNI pela bolsa de estudos, sem ela seria muito difícil chegar até esse momento.

A voz de minha bisavó ecoou criança nos porões do navio. Ecoou lamentos de uma infância perdida. A voz de minha avó ecoou obediência aos brancos-donos de tudo. A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta no fundo das cozinhas alheias, debaixo das trouxas roupagens sujas dos brancos pelo caminho empoeirado rumo à favela. A minha voz ainda ecoa versos perplexos com rimas de sangue e fome. A voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes, recolhe em si as vozes mudas, caladas, engasgadas nas gargantas. A voz de minha filha recolhe em si a fala e o ato. O ontem – o hoje – o agora. Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância, o eco da vida-liberdade.

(EVARISTO, 2017, p. 10)

RESUMO

A identidade racial é um processo delicado e que precisa ser construído individualmente, pois em cada pessoa existe um grande tabu racial, que por mais retintas que sejam suas peles sempre buscam fugir da cor. A mulher negra em meio a este cenário sofre um apagamento social, pois as pautas raciais falam sobre o homem negro e as pautas feministas sobre a mulher branca. Percebemos então que primeiramente a mulher negra na contemporaneidade passa por um processo em que compreende que é diferente e essa diferença é a cor da pele. Sendo assim, se faz necessário aprender a viver com essa diferença e ao decorrer desse período se depara com situações em que tenta se encaixar em um padrão imposto pela sociedade. Sendo assim, o presente trabalho monográfico tem como objetivo geral: refletir sobre a construção da identidade racial da mulher negra residente em Curitiba e Região metropolitana: sob o olhar do serviço social. Para atingir o objetivo geral elencou-se como objetivos específicos: 1) apresentar um panorama histórico sobre a diáspora africana e o papel da mulher negra nesse processo histórico; 2) conceituar o que é raça, etnia, racismo estrutural e identidade racial; 3) identificar o processo de racialização, a relação de gênero e feminismo negro; 4) apresentar o perfil das entrevistadas assim como análise dos dados a partir de categorias sobre a concepção do que é ser mulher negra em Curitiba e Região Metropolitana. Trata-se de pesquisa de campo, de natureza qualitativa, que utilizou-se do materialismo histórico dialético como método para interpretar a realidade desvendada a partir de entrevista semi-estruturada realizada com sete mulheres residentes de Curitiba e Região Metropolitana. A análise de conteúdo direcionou o percurso de compreensão do conteúdo das entrevistas, e possibilitou correlacionar a historicidade e as experiências vivenciadas pelas mulheres sujeitas desta pesquisa. Com esse trabalho foi possível compreender a trajetória da mulher negra no Brasil, desde a história até contemporaneidade. Possibilitando a compreensão de qual papel a mulher negra representa na sociedade ao longo dos anos. A pesquisa de campo apresentou pistas para a construção sócio-histórica da identidade racial da mulher negra na contemporaneidade. E por fim, podemos compreender como acontece o processo de identificação racial das mulheres negras.

Palavras-chave: Identidade racial 1. Mulher negra 2. Curitiba e Região Metropolitana 3.

ABSTRACT

Racial identity is a delicate process that needs to be built individually for each person; there is a great racial taboo where people, no matter how black their skin is, always try to escape from the color. The black woman in the midst of this suffers an erasure, because racial agendas talk about the black man and feminist agendas about the white woman. We then realize that, first of all, the black woman in contemporary times goes through a process in which she understands that she is different and that this difference is the color of her skin. Thus, it is necessary to learn to live with this difference and during this period she faces situations in which she tries to fit into a standard imposed by society. Thus, the present monographic work has as its general objective: to reflect on the construction of the racial identity of black women residing in Curitiba and the metropolitan region: from a social service perspective. To reach the general objective, the specific objectives were listed as follows To present a historical panorama about the African diaspora and the role of black women in this historical process; to conceptualize what is race, ethnicity, structural racism and racial identity; to identify the process of racialization, the relation of gender and black feminism; to present the profile of the interviewees as well as data analysis from categories about the conception of what it is to be a black woman in Curitiba and the Metropolitan Region. To reach the above-mentioned objectives, the method that guided the development of the research was the historical-dialectical materialism, highlighting the field research that was carried out through interviews using a semi-structured script with 7 women residents of Curitiba and the Metropolitan Region. Content analysis was used to analyze the results. With this work it was possible to understand the trajectory of black women in Brazil, from history to contemporaneity. It enabled the understanding of which role the black woman represents in society over the years. The field research made it possible to understand how the construction of black women's racial identity happens in contemporary times, with content analysis being carried out to correlate the historicity and the experiences lived by the interviewees. And finally we could understand how the process of racial identification of black women happens.

Key-words: Racial Identity 1. Black Woman 2. Curitiba and the Metropolitan Region
3.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Diagrama do navio britânico Brookes.....	19
Figura 2 – Engenheiros Antônio e André Rebouças.	23
Figura 3 – Pintura de 1910 da Igreja do Rosário dos Pretos.....	24
Gráfico 1 – Censo Demográfico 2010.	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil das entrevistadas	47
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias e mais.
DETRAE	Divisão De Fiscalização Para Erradicação Do trabalho Escravo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	PANORAMA HISTÓRICO SOBRE A ESCRAVIDÃO.....	17
2.1	A DIÁSPORA AFRICANA E A ESCRAVIDÃO NO PARANÁ	17
2.2	RAÇA, ETNIA, RACISMO ESTRUTURAL E IDENTIDADE RACIAL.....	25
2.3	A MULHER NEGRA E SEU PAPEL HISTÓRICO	30
3	RACIALIZAÇÃO DOS CORPOS E A RELAÇÃO DE GÊNERO NA CONTEMPORANEIDADE	38
3.1	A IMPORTÂNCIA DO FEMINISMO NEGRO.....	43
4	A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL DAS MULHERES NEGRAS RESIDENTES EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA.	46
4.1	A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL NA INFÂNCIA.....	48
4.2	A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL NA ADOLESCÊNCIA	52
4.3	A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL NA VIDA ADULTA	57
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	65
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO	70
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO	71

1 INTRODUÇÃO

O tema do presente Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional – UNINTER constitui-se em refletir sobre a construção da identidade racial da mulher negra residente em Curitiba e Região Metropolitana.

O interesse pela temática foi despertado a partir da vivência da pesquisadora que é mulher negra residente na Região Metropolitana de Curitiba, e passou pelos desafios sociais, enfrentamentos e contradições pertinentes ao fato de ser mulher negra, se identificar como tal e ainda, da percepção de uma pessoa racializada sobre aceitar-se e buscar encontrar seu lugar perante a sociedade.

A colonização a partir da perspectiva eurocentrista gerou a desconstrução da identidade racial. Conforme observado por Malafaia (2018) *apud* Ferreira (2001), ao apontar que houve um processo de exaltação da cultura e características europeias, colocadas como superiores perante as demais culturas. Nesta esteira colonizadora há o processo de demonização e inferiorização da cultura negra e dos traços negróides. Conforme a autora destaca:

O indivíduo com características mais próximas ao padrão de beleza do branco europeu tende a ser mais valorizado, enquanto aqueles cujas características se aproximam dos traços africanos tendem a serem mais desvalorizados e repelidos nas diversas esferas sociais. (MALAFAIA, 2018, n.p.).

A identificação racial no Brasil se dá em um processo que precisa ser delicadamente trabalhado em cada indivíduo, Malafaia (2018) nos traz que: Assumir a identidade negra no Brasil pode ser um processo extremamente doloroso, uma vez que os modelos ditos positivos da identidade negra são pouco divulgados, se comparados aos modelos de pessoas brancas.” (MALAFAIA, 2018, n.p.).

Desse modo, pensando sobre identificação observa-se que identificar-se como mulher é diferente de identificar-se como mulher negra, conforme Ribeiro (2020) entendemos que a partir da perspectiva do outro beuavoiriano “De forma simples, seria pensar na mulher como algo que possui uma função” (RIBEIRO, 2020, p.36). Partindo da perspectiva de Simone de Beauvoir o homem coloca a mulher na posição do outro “[...] o mundo não é apresentado para as mulheres com

todas as possibilidades, sua situação lhe impõe esse lugar de Outro” (BEAUVOIR, 1949, apud RIBEIRO, 2020, p.37).

Ainda pensando na mulher como o outro, Ribeiro (2020) traz a perspectiva de Grada Kilomba de que a mulher negra é o outro do outro, sendo sua presença diversas vezes invisibilizada e mais difícil ainda de ser demarcada. Ribeiro (2020) informa que a mulher negra coexiste em meio a um vácuo de apagamento de sua subjetividade e corpo. Em geral, o sujeito do debate racista é o homem negro, em contrapartida no debate feminista o sujeito é a mulher branca. É neste hiato que a mulher negra se encontra, um limbo sem conexões com o amplo debate de raça e gênero.

Percebemos então que primeiramente a mulher negra na contemporaneidade passa por um processo em que compreende que é diferente e essa diferença é a cor da pele. Sendo assim, se faz necessário aprender a viver com essa diferença e ao decorrer desse período se depara com situações em que tenta se encaixar em um padrão imposto pela sociedade. Conforme explica Oliveira et al. (2018, n.p.) “E o racismo incutiu isso em nossas cabeças, em nossos âmbitos, comportamentos e estilo de vida, e a partir disso nós mesmo reproduzimos essas violências contra nós.”.

Para melhor compreensão do que perpassa na identificação racial da mulher negra surge o problema de pesquisa: Como acontece a construção da identidade racial da mulher negra residente em Curitiba e Região Metropolitana?

Desta forma, foi estabelecido como objetivo geral: refletir sobre a construção da identidade racial da mulher negra residente em Curitiba e Região metropolitana: sob o olhar do serviço social. Para atingi-lo foram estabelecidos objetivos específicos, sendo esses: 1) apresentar um panorama histórico sobre a diáspora africana e o papel da mulher negra nesse processo histórico; 2) conceituar o que é raça, etnia, racismo estrutural e identidade racial; 3) identificar o processo de racialização, a relação de gênero e feminismo negro; 4) apresentar o perfil das entrevistadas assim como análise dos dados a partir de categorias sobre a concepção do que é ser mulher negra em Curitiba e Região Metropolitana.

Portanto, espera-se que a pesquisa contribua para fomentar o debate sobre a temática da identificação racial da mulher negra, trazido na perspectiva do Serviço Social, bem como, contribuir para o aumento da produção acadêmica sobre a

temática dentro da categoria profissional, demarcando a relevância do assunto para as mulheres negras.

O método que norteou o desenvolvimento da pesquisa foi o materialismo histórico-dialético, tendo como base tanto o conhecimento construído através do processo de formação como o conhecimento histórico a partir de sucessivas aproximações com a realidade. Essa aproximação nos possibilita, segundo Medeiros e Sviercoski (2020), ter percepção mais clara de como esses elementos se relacionam entre si e sua relação com a realidade.

Escolheu-se a abordagem qualitativa, por ela possibilitar a melhor compreensão acerca da realidade social a partir dos elementos pesquisados. Segundo Godoy (1995) nessa abordagem o contato direto e prolongado com o ambiente e situação que está sendo estudada é valorizada, sendo considerado um fenômeno melhor observado no contexto em que ocorre.

Como procedimentos para coleta de dados utilizou-se de pesquisa bibliográfica e documental, de acordo com Gil (2008) ambos os procedimentos são muito similares, o que diferencia são a natureza das fontes, a bibliográfica feita a partir de materiais elaborados ou constituídos principalmente através de livros e artigos; já pesquisa a documental: são materiais que não receberam nenhum tratamento analítico podendo também serem documentos de arquivos, entre outros.

Outro procedimento adotado para coleta dos dados foi a pesquisa de campo. Segundo Gil (2008) a pesquisa de campo busca um aprofundamento com a realidade específica, podendo ser realizada por meio de entrevistas para captar explicações e interpretações acerca do que ocorre em determinada realidade.

Para tanto, a técnica aplicada foi a entrevista por meio de roteiro de entrevistas semiestruturado. Para Gil (2008) as entrevistas estruturadas premeditam as respostas obtidas “ao passo que as menos estruturadas são desenvolvidas de forma mais espontânea, sem que estejam sujeitas a um modelo preestabelecido de interrogação.” (GIL, 2008, p.111).

Para entender o processo de formação da identidade racial da mulher negra residente em Curitiba e Região Metropolitana utilizamos como amostra 7 mulheres negras residentes em Curitiba e Região metropolitana. Para as entrevistas foram selecionadas mulheres negras de diferentes faixas etárias e de diferentes tons de pele, para observar através das gerações as semelhanças e diferenças no processo de identificação racial dessas mulheres.

Para análise dos dados utilizou-se o método de análise de conteúdo, que consiste em analisar os dados coletados das entrevistas, classificando-os de acordo com sua semelhança. De acordo com Natt (2014, p. 81) este método de análise “assemelha-se ao processo de categorização e tabulação de respostas às questões abertas.”

Seguindo as orientações do Regulamento para Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso a linha de pesquisa onde se insere o estudo é a linha de: Temas contemporâneos, diversidade e sustentabilidade.

A presente pesquisa foi dividida em três capítulos, buscando melhor desenvolvimento e respostas aos objetivos. O primeiro capítulo consiste em apresentar um panorama histórico sobre a diáspora africana e o papel da mulher negra nesse período histórico, bem como conceituar o que é raça, etnia, racismo estrutural e identidade racial. Já no segundo capítulo buscou-se identificar o processo de racialização da população, as relações de gênero, bem como a perspectiva do feminismo negro.

No terceiro capítulo demonstramos a aplicação da pesquisa, a partir da aproximação com a história da mulher negra na sociedade curitibana e adjacências. Também foi realizada a análise dos dados coletados e com isso conhecendo a concepção do que é ser mulher negra em Curitiba e Região Metropolitana. Finalizando tecemos nossas considerações finais.

2 PANORAMA HISTÓRICO SOBRE A ESCRAVIDÃO

2.1 A DIÁSPORA AFRICANA E A ESCRAVIDÃO NO PARANÁ

Quando falado sobre a história da colonização do Brasil o que conhecemos é a trajetória dos portugueses em busca de territórios e riquezas, conforme explica Xavier e Cordeiro (2012) havia um projeto de expansão marítima da Europa que tinha Portugal como pioneira na busca de novas conquistas, chegando assim as terras brasileiras.

Observando de outra perspectiva temos os índios que já residiam no Brasil anteriormente a sua “descoberta” pela Coroa Portuguesa. Estes também foram escravizados, porém conforme conta Suchanek (2012) os índios eram divididos entre índios mansos e os bravos, sendo os últimos liberados para o trabalho forçado, com resistência ao processo escravagista. Em meio a esse processo iniciou-se o uso da mão de obra de africanos que foram sequestrados e escravizados.

Nesse contexto, trazemos o conceito da diáspora africana para compreender o tráfico de africanos que foram escravizados. Reis (2012, p. 30) nos traz uma definição “a noção de diáspora tem correspondido a exílio forçado, dor e sofrimento, visto sua referência à dispersão dos judeus exilados da Palestina depois da conquista babilônica.”. Observa-se assim que diáspora africana corresponde também ao processo de migração forçada dessa população.

Com a presença dos portugueses na África e com a prática da escravidão presente nos povos africanos¹, segundo Carvalho (2010) alterou-se a função social do escravo, passando assim a se tornar mercadoria e posse dos seus senhores.

Os portugueses realizavam negociações para obtenção de mão de obra escrava “Inicialmente eram solicitadas licenças para a construção de barracões no litoral, e depois eram combinadas as formas de pagamento e o número estimado de escravos desejados.” (CARVALHO, 2010, p. 15). Os africanos eram colocados nos ditos barracões até o momento do embarque, nesse período também sofrendo violações físicas e emocionais, conforme registra Leite (2017):

¹ Segundo Carvalho (2010, p. 14) a escravidão fruto da rivalidade entre os povos era uma forma de aumentar o séquito da autoridade, uma vez que o poder político era medido pelo número de pessoas que compunham este séquito.

As primeiras manifestações de resistência à escravidão foram enfrentadas pelos escravizadores ainda na África, no momento em que os negros e negras eram capturados, amarrados e amontoados em armazéns, à espera dos navios que os trariam para o Novo Mundo. Como uma viagem entre a África e o Brasil era muito dispendiosa, esses humanos, vitimados pela mercadorização, permaneciam por vários dias trancados à espera da formação de um carregamento completo, para então serem transportados até o destino de sua escravização. (LEITE, 2017, p. 67)

Diante disso, podemos observar que a desumanização se dava desde o processo de captura das pessoas a serem escravizadas; captura essa que era realizada por pessoas negras também. Reis (2012) observa que nesse processo traumático surge o sentimento de perda, considerando a forma como essas pessoas foram retiradas do convívio com seus familiares e sendo impossibilitadas de retornar a sua terra de origem.

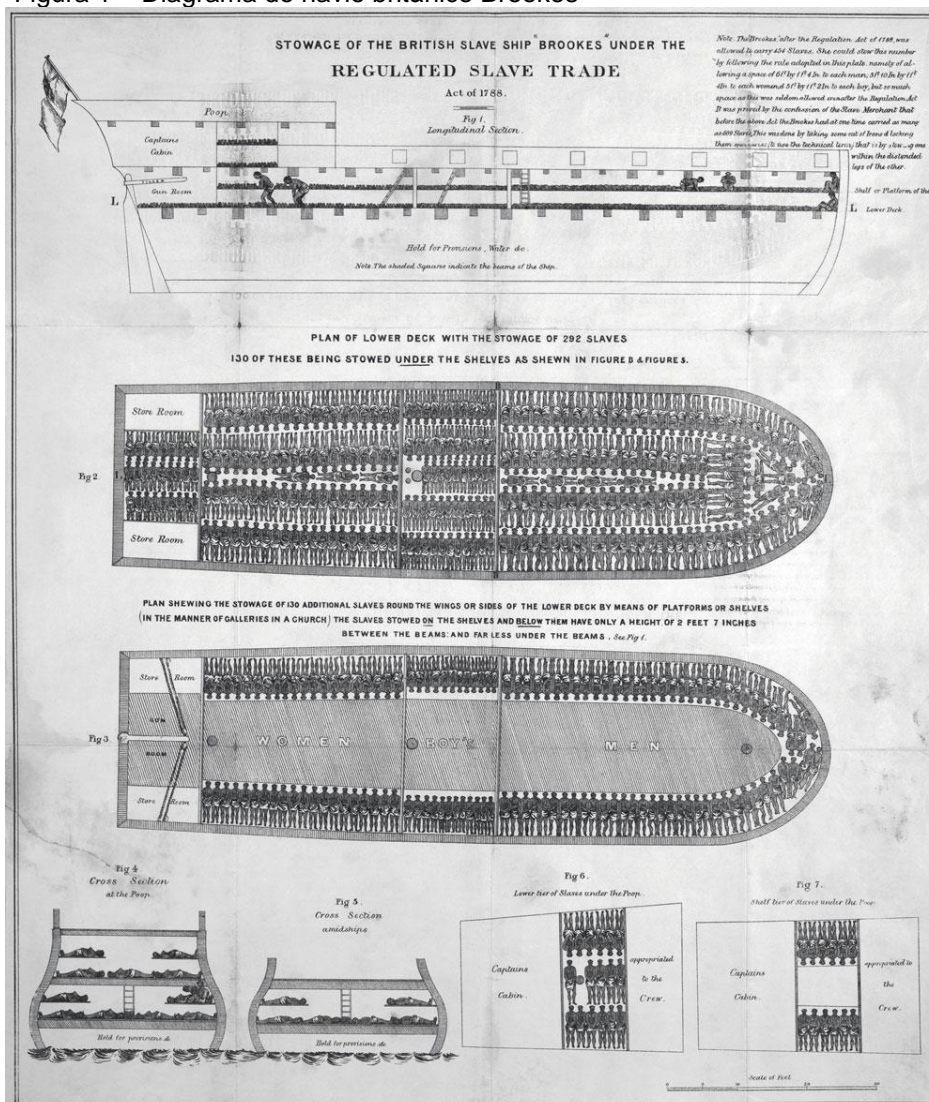
O tráfico transatlântico de africanos escravizados se dava através dos chamados navios negreiros ou tumbeiros. As condições do transporte eram precárias e “em grande parte das descrições dos tumbeiros, os africanos escravizados são represados apenas no porão, sendo a imagem que se tem dos navios negreiros limitada a este compartimento” (SILVA, 2009, n.p.). Os navios eram superlotados visando aumentar o lucro com as viagens:

O procedimento de superlotar os navios era um dos exemplos da intenção dos comerciantes de escravos de obter o máximo de lucro transportando o maior número possível de escravos em um número reduzido de viagens. A travessia atlântica exigia custos e uma série de investimentos, como o valor destinado à aquisição ou arrendamento das embarcações, para o abastecimento da tripulação e também para o pagamento dos tributos necessários para a legalização da atividade, os chamados direitos de exportação. (CARVALHO, 2010, p. 17)

Dentro dos tumbeiros devido à superlotação, segundo Carvalho (2010) os africanos estavam dispostos em “compartimentos destinados aos prisioneiros, de um metro de altura, obrigavam os adultos a se conservarem agachados. [...] como eram muitos, vinham todos sentados entre as pernas um dos outros” (CARVALHO, 2010, p. 17). Em condições insalubres, sendo mal alimentados e tratados meramente como mercadoria a ser transportada, o índice de mortalidade durante o trajeto era amplo.

Abaixo observamos um diagrama de um navio negreiro britânico chamado Brokes, ele mostra como era distribuição dos africanos durante o transporte marítimo:

Figura 1 – Diagrama do navio britânico Brokes



Fonte: Democracia e Mundo do Trabalho², 1787.

Chegando em solo brasileiro “os negros eram separados de seus familiares e colocados com povos de línguas diferentes para evitar a comunicação entre eles.” (MOTA; MATOS; PEREIRA; 2019, n.p.), prosseguia-se com a venda e os compradores os separavam por critérios:

² Matéria disponível em <https://www.dtemdebate.com.br/a-ilustracao-que-inflamou-o-movimento-abolicionista-britanico/>.

Os senhores de engenho compravam escravos suficientes para trabalharem nas fazendas, utilizando critérios específicos na seleção: para o trabalho na lavoura, por exemplo, eram escolhidos os homens mais jovens, já para os serviços na Casa Grande optavam pelas mulheres, embora muitas escravas trabalhassem na lavoura também. (MOTA; MATOS; PEREIRA; 2019, n.p.)

Conforme apresentado pelos autores após serem vendidos os escravos iniciavam seus trabalhos, ainda sob cruéis castigos e torturas físicas e psicológicas. Não sendo reconhecidos como humanos e descartados caso não apresentassem mais serventia para seus donos.

O sistema escravagista era presente em todo o país e nos estados do sul não era diferente, Gutiérrez (2006) nos apresenta alguns dados sobre a incidência dos primeiros escravos em território paranaense:

Já o afluxo ao Paraná dos primeiros escravos de origem africana deveu coincidir com a fundação em 1648 de Paranaguá, no litoral, o primeiro núcleo populacional português instalado na região, em decorrência da descoberta de ouro nas redondezas. Não tardou muito e o metal precioso foi também descoberto serra acima, nos campos de Curitiba. Os novos colonos, vindos principalmente de núcleos setentrionais da capitania de São Paulo, trouxeram possivelmente os primeiros escravos negros para trabalhar na extração e lavagem do metal. (GUTIÉRREZ, 2006, p.101)

Por mais que o período escravagista seja minimizado na história do Paraná³, muitas vezes incorporados a entrada de imigrantes, esse período histórico não perde sua relevância, visto que o regime escravagista é uma tragédia presente em todo território brasileiro. Considerando também que, segundo Paiva (2013) a entrada de imigrantes no Brasil deu-se através de um contexto de substituição da mão de obra escrava e a criação uma nova identidade nacional.

No final do século XIX deu-se início a um movimento conhecido como tese do branqueamento. Devido ao debate sobre a modernização no Brasil ficou claro que a maior parte da população brasileira era composta por pessoas não brancas, então a elite intelectual brasileira colocou em pauta a questão social do Brasil.

De acordo com o pensamento dessa elite, a população miscigenada constituía um empecilho para o crescimento do país. Fundamentado nas

³ História da Imigração no Paraná disponível em <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/historia-imigracao/208>.

teorias do racismo científico do século XIX, esse projeto de embranquecimento tinha como propósito extinguir a população miscigenada em um século, alcançando uma população exclusivamente branca. (SILVA-b, 2018, p.135)

Sendo assim, devemos compreender as diferenças entre os imigrantes e os africanos escravizados. Retomando a discussão sobre o histórico da escravidão no Paraná notamos que os dados apresentados sobre a quantidade de escravos no estado são contraditórios. Gutiérrez (2006) apresenta dados de dois documentos em que constam informações diferentes a respeito do período de 1817:

O número de escravos que registra o inventário de bens rústicos é, no entanto, bem menor que o esperado, a julgar pela população escrava que fora recenseada nas listas nominativas de habitantes, que englobou a totalidade dos domicílios. Segundo as listas nominativas de 1817, que contaram a população total, o número de escravos no Paraná era de 5.174 indivíduos, e não 2.345, como consta no inventário de terras. (GUTIÉRREZ, 2006, p. 103)

O referido autor explica que a diferença se dá por alguns fatores como o Inventário de Bens Rústicos contabilizar apenas escravos em idades produtivas, excluindo crianças e idosos. O que podemos observar é uma invisibilização do período escravocrata no Estado.

Moraes e Rocha (2004) trazem em destaque na obra História do Paraná de Romário Martins publicada em 1995, que a obra buscava consolidar o “ser” paranaense, sendo por vezes material didático nas escolas com o objetivo de criar uma identidade para os paranaenses:

Martins, ao se remeter ao “Africano Escravizado”, mostra-nos que esse povo trazido da África influenciou a formação étnica brasileira juntamente com o índio e o colonizador Ibérico, sempre destacando a superioridade europeia. Para ele, a inferioridade do negro, começava pela sua religião. (MORAES; ROCHA, 2004, p. 129)

Os autores ainda demonstram outros pontos das obras de Martins, que considerava em todas os negros como inferiores, para Moraes e Rocha (2004) o principal aspecto é a visão do autor de que os negros eram cultural, religiosa e politicamente inferiores, de forma que para Martins pouco contribuíram para a construção do estado. O fato de a obra do autor ter sido publicada em 1995 mais de 100 anos após a abolição da escravatura em 1888, realça que o preconceito racial

ainda persistia em território paranaense e era propagado nas escolas como conteúdo didático.

Outra perspectiva citada por Azevedo (1987 *apud* PAIVA 2013) sobre os escravos era que os consideravam incapazes para realizar trabalhos sem a coação, pois não possuíam racionalidade. Sendo assim, alegavam que os escravos não possuíam “a mínima condição de competir com o colono recém-chegado; diferente do africano cativo e o sistema pré-capitalista que o cercava, o europeu chegaria já preparado para lidar com as exigências de um mercado capitalista de fato.” (PAIVA, 2013, p. 15). Observamos mais uma vez o mecanismo de inferiorização dos africanos perante os europeus.

Refletindo ainda, sobre a questão da mudança da mão de obra para imigrantes, Paiva (2013) ressalta que no Paraná, mais precisamente em Curitiba, devido a economia local ser diferente dos demais estados brasileiros a entrada dos imigrantes estava sendo custeada por particulares, gerando assim uma dívida do imigrante com o empregador. O autor destaca que a dívida, que não era pequena, deveria ser quitada através do trabalho realizado pelo imigrante, o que gerou um novo problema.

Os imigrantes trabalhavam para pagar a dívida, mas os empregadores arcavam com os custos de vida desse trabalhador, gerando assim um prejuízo ao empregador “eles argumentavam que não teriam como manter a vinda de imigrantes para o Brasil e continuar mantendo as lavouras com mão de obra escrava. Era um investimento muito alto e não podiam arcar com ele.” (PAIVA, 2013, p. 19).

Como apresentado acima os africanos eram considerados de intelecto inferior e com as transformações tecnológicas no séc. XIX, Paiva (2013) acrescenta que a mão de obra escrava foi descartada, pois além ter um custo alto para comprá-los ainda não possuíam capacidade de se adequar aos avanços tecnológicos. Sendo assim, Paiva (2013) relata que a substituição de mão de obra é considerada um dos principais fundamentos do abolicionismo paranaense.

Como pode ser observado a passagem dos negros pela construção histórica do Paraná tende a ser gradativamente apagada e fortalecendo “[...] um discurso forjado a partir da ideia de um estado construído a partir do imigrante europeu do final do século XIX.” (FELIPE, 2018, p. 157). Ressalta-se que por mais que haja esse apagamento da trajetória negra na história do estado, uma busca mais aprofundada nos traz grandes realizações feitas por mãos negras.

Os negros não aparecem na história paranaense, mesmo tendo papel importante na sua história e construção, sendo que alguns conquistaram o direito de possuir tropas de mulas graças ao alforrio fornecido pelo senhor devido a sua fidelidade e trabalho. (OLIVEIRA-b, 2016, n.p)

Os negros também tiveram papel de destaque na construção das ferrovias, conforme aponta Oliveira-b (2016) a ferrovia permitiu a circulação de muita riqueza dentro do estado:

Neste cenário novamente o negro tem papel de destaque, além dos trabalhadores braçais que eram muitos, o projeto da estrada de ferro foi elaborado e executado pelos engenheiros André e Antonio Rebouças que eram negros. (OLIVEIRA-b, 2016, n.p)

Os Irmãos André e Antonio Rebouças⁴ são famosos em todo o território brasileiro por serem os primeiros engenheiros negros do país. Além de terem realizado vários projetos muito importantes para o desenvolvimento do país, tiveram participação no movimento abolicionista. Os irmãos Rebouças foram tão importantes para o estado que em Curitiba foram homenageados tendo o bairro Rebouças e a rua Engenheiros Rebouças⁵ denominados em seu nome.

Figura 2 – Engenheiros Antônio e André Rebouças.



Fonte: Reprodução/Instituto Militar de Engenharia do Exército Brasileiro

Na arquitetura da cidade também encontramos mãos negras, segundo Oliveira-b (2016, n.p) “o Teatro Paiol foi construído em 1874 de forma circular e com

⁴ Confira a história dos Irmãos Rebouças disponível em: <https://primeirosnegros.com/reboucas-os-irmaos-pioneiros-idealistas-e-geniais/>.

⁵ Matéria do site Gazeta do Povo conta a história do bairro Rebouças, disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/haus/reacao-urbana/bairro-reboucas-foi-a-primeira-cidade-industrial-de-curitiba/>.

mão de obra negra, utilizado inicialmente como arsenal de pólvora e munições do exército brasileiro.”. Outro marco construído por escravos é a Igreja de Nossa Senhora do Rosário “Inaugurada em 1737 com nome de Igreja de Nossa Senhora dos Pretos de São Benedito, era considerada a terceira igreja de Curitiba” (OLIVEIRA-b, 2016, n.p).

Figura 3 – Pintura de 1910 da Igreja do Rosário dos Pretos.



Fonte: Curitiba-Paraná fotos.⁶

De acordo com Oliveira-b (2016) foi fundada também a Sociedade/Clube 13 de maio para servir de apoio aos negros recém libertos, com a intenção de auxiliar na inserção da sociedade:

Também tinha a função de escola noturna a fim de os ensinar a ler e escrever, contribuírem nas transformações de suas realidades, auxílio financeiro aos irmãos negros, bailes mensais, entre outras atividades se destacaram as festas de comemoração da Abolição e Lei do Ventre Livre. E funciona até hoje como um lugar de integração dos negros na sociedade. (OLIVEIRA-b, 2016, n.p)

Outro nome que se destaca também no ramo da engenharia é de Enedina Alves Marques que segundo Oliveira-b (2016, n.p) “Em 1945, após superar dificuldades e preconceitos de colegas e professores, Enedina aos 32 anos é diplomada a primeira engenheira civil do Estado do Paraná e do sul do Brasil, e a primeira engenheira negra do Brasil.”. Enedina em sua trajetória trabalhou como babá e sempre se dedicou muito aos estudos.

Em Londrina o Doutor Justiniano Clímaco da Silva, também conhecido como Doutor Preto, deputado estadual e também “foi um dos primeiros médicos a chegar a Londrina, em 1938, período das grandes epidemias que levaram muitas pessoas a

⁶ Disponível em: <http://www.curitiba-parana.net/fotos/pintura-igreja.jpg>.

morte no município.” (PANTA et al, 2010, p. 1466). Dr. Justiniano foi o primeiro médico negro da região de Londrina.

Diante do exposto, denota-se que a diáspora africana trás outra perspectiva no que tange a escravidão no Brasil, desde o momento do rapto dos africanos a serem escravizados, a forma como foram transportados e sua chegada ao Brasil, possibilitou a compreensão da maneira como sempre foram tratados como mercadoria, perdendo toda a sua humanidade.

Ficou evidente também que existem marcas da passagem dos negros durante o período de desenvolvimento do estado do Paraná, apesar das tentativas de apagamento que ainda permanecem. Vimos, portanto, o marco da escravidão e de figuras tão importantes que contribuíram para o desenvolvimento político e econômico do estado.

2.2 RAÇA, ETNIA, RACISMO ESTRUTURAL E IDENTIDADE RACIAL

Diante de todo o debate sobre a escravização dos povos africanos surge o questionamento do que diferencia os povos africanos dos povos portugueses, o que faz com que essa população seja considerada inferior? Para iniciar o debate, que nos levará ao caminho da compreensão, precisamos conhecer os conceitos e definições a cerca de: raça, etnia e racismo estrutural.

A ideia de raça e identidade racial, segundo Gomes (2012) solidificou-se após o descobrimento das Américas, surgindo então novas identidades sociais como índios, negros e mestiços. A autora salienta que conforme as relações de poder e dominação iam se moldando as identidades sociais que foram se adequando a este processo e associadas “[...] às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como se deles fossem constitutivas, e, por conseguinte, ao padrão de dominação que se impunha” (GOMES, 2012, p.729).

Segundo Pinto e Ferreira (2014) sempre que pensamos em identidade racial automaticamente classificamos as pessoas por cor da pele, porém a identidade se constrói através da trajetória e de experiências vivenciadas. Por isso se “entende identidade como metamorfose, ou seja, como um processo que está em constante transformação, sendo o resultado provisório da intersecção entre a história da

peessoa, seu contexto histórico e social e seus projetos” (CIAMPA 1987 *apud* PINTO; FERREIRA, 2014, p. 261).

Os autores ressaltam que a identidade além de pessoal, é social e política; sendo a partir da identidade que o indivíduo se auto reconhece. E também o ponto onde o indivíduo se posiciona perante a sociedade e a política. Segundo Pinto e Ferreira (2014) a identidade está em constante transformação:

A categoria identidade é efetivamente importante para compreendermos como o indivíduo se constitui, influencia sua autoestima e sua maneira de existir. Nesse sentido, é fundamental, para a compreensão da problemática da pessoa negra, o conhecimento da maneira como ela desenvolve sua identidade, principalmente em contextos sociais adversos nos quais é discriminada negativamente. (PINTO; FERREIRA, 2014, p. 261)

O que podemos entender é que a sociedade e as experiências que as pessoas têm no decorrer de suas vidas vai moldando suas identidades e a forma com elas se auto reconhecem, sempre frisando que a identidade não é estagnada e sim está em constante mudança.

Para compreender a formação da identidade racial no Brasil precisamos compreender a categorização das raças. Podemos analisar que a ideia de raça surge como uma maneira de controle social; Silva e Soares (2011) relatam estudos realizados com a intencionalidade de provar a inferioridade, assim definindo um grupo dominante e um grupo dominado: “A existência de uma raça humana trouxe a ideia de que entre os seres humanos existe um diferencial de valores morais, de dotes psíquicos e intelectuais” (SILVA; SOARES, 2011, p.102).

De acordo com Guimarães (2011) a ideia de raça foi introduzida no Brasil por volta de 1870, através das ciências naturais da época “procurava dar uma orientação científica aos estudos sobre a cultura brasileira, propondo, ao mesmo tempo, um programa de desenvolvimento político para a nação pós-escravista” (GUIMARÃES, 2011, p. 265). Utilizando o conceito de raça para justificar a inferioridade da população negra e com isso criar estratégias sociais para controle dessa população.

Durante o regime escravocrata não houve preocupação com o aumento da população não branca, visto que os escravizados não eram vistos como pessoas e sim como bens, isso aumentou a população não branca e posteriormente isso

tornou-se uma questão social a ser resolvida. Uma solução encontrada indiretamente foi a imigração.

Ao final, tem-se que uma massa de negros começava a invadir o país, mas em uma condição miserável, fruto da violência simbólica, da opressão sexual e social a qual eram submetidos durante séculos, sempre por uma elite branca europeia. Essa grande massa iniciava as ocupações dos espaços, das relações e multiplicava as relações inter-raciais. (SILVA-c, 2017, p.4)

Kabengele Munanga em seu livro *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil – Identidade Nacional versus Identidade Negra* (1999) explica que a mestiçagem é um fenômeno de troca de genes entre populações contrastadas biologicamente. Munanga também diz que:

Com efeito, o raciologista se interessa principalmente pela mestiçagem entre as “grandes raças” definidas a *priori*. A própria natureza da abordagem leva-o muitas vezes a invocar a mestiçagem quando seu método (baseado na divisão da espécie humana em grandes raças) lhe coloca em problemas. Neste caso, a mestiçagem serve-lhe para encobrir as rachas de seu edifício. (MUNANGA, 1999, p. 17)

Sendo assim, a mestiçagem torna-se necessária no contexto pós-abolicionista não apenas para diminuir a população negra no Brasil, mas também para “aniquilar o negro e suas características através de uma miscigenação com predominância branca” (SILVA-c, 2017, p.8).

Mesmo o termo *raça* sendo utilizado como um segregador as pessoas racializadas uniram-se através de suas semelhanças, a partir daí temos o conceito de *etnia* com uma junção de pessoas:

[...] unidas por características, cultura e instituições semelhantes e, num contexto de luta por igualdades, experiências parecidas de resistência e/ou percepção de todo um sistema insistentemente segregacionista. Atualmente, um desses outros conceitos seria o de “etnia”, que tem origem do grego *ethnos*, o que entendemos não só como um conjunto de pessoas da comunidade. É o pertencimento do grupo, independente dos laços consanguíneos e a construção de ações coletivas. (SILVA; SOARES, 2011, p.106).

Entende-se então, que o conceito de *raça* é utilizado para marcar um determinado conjunto de indivíduos, caracterizando-os como semelhantes através de suas características biológicas. Já o conceito de *etnia* nos apresenta uma união de pessoas através de características não somente físicas, mas culturais, históricas

e experiências vivenciadas. Munanga (1986), por outro lado nos traz uma perspectiva que a etnia resume os povos africanos a uma unidade devido a determinadas semelhanças culturais, enquanto majoritariamente o que predomina são as diferenças; “Possuem escala de valores, crenças religiosas, instituições familiares distintas. Dentro da África existe cerca de um milhar de grupos étnicos, quer dizer, culturas diferentes.” (MUNANGA, 1986, p. 65).

O autor ainda acrescenta que ao pensar no continente africano como uma unidade ou uma civilização singular isso se limita apenas a África negra, excluindo a diversidade cultural:

Cada sociedade tem a sua herança própria, isto é, a maneira de viver, de trabalhar, de pensar e a totalidade do que resulta dessas atividades (instituições, objetos, filosofia, etc.), de modo que cada sociedade cria uma cultura, e cada cultura repousa numa sociedade. (MUNANGA, 1986, p. 66)

Entendemos então, que este seria o conceito de multiculturalismo⁷, salientando que apesar das semelhanças cada cultura é particularmente única, devendo sempre ser lembrada e respeitada.

Dando continuidade ao debate racial entende-se que para compreender o racismo presente na sociedade atual é de suma importância conhecer a trajetória histórica da população negra e entender o conceito de raça. E a partir desse ponto conseguimos ter um pequeno vislumbre dos acontecimentos que fundamentaram a sociedade atual.

Sendo um assunto delicado na sociedade brasileira o racismo é um tabu! Segundo Ferreira, Júnior e Ribeiro (2019):

O racismo continua presente na sociedade contemporânea, mas de maneira cada vez mais complexa e implícita. Entretanto, é importante ressaltar que ninguém nega a existência do racismo, mas ele é sempre uma atitude do outro. É um racismo sem cara, que se esconde por trás de uma suposta garantia das leis. (FERREIRA; JÚNIOR; RIBEIRO, 2019, n.p)

⁷ Munanga (2009) explica que o multiculturalismo é definido como encontro de culturas, ou seja, a existência de conjuntos culturais fortemente constituídos, cuja identidade, especificidade e lógica interna devem ser reconhecidas, mas que não são inteiramente estrangeiras umas às outras, embora diferentes. Leia o texto “Todos no mesmo barco” disponível em: <https://diversitas.fflch.usp.br/node/2245>.

Com isso através de comentários e piadas muitas vezes as pessoas racializadas identificam o preconceito, mas não conseguem externaliza-lo sem que o mesmo pareça o atacante.

Gonzales e Hasenbalg em seu livro Lugar de Negro (1982, p. 90) ressalta que “No que se refere às desigualdades raciais contemporâneas, a explicação que enfatiza o legado da escravidão e o diferente ponto de partida de brancos e negros no momento da abolição pode ser colocada em questão.”. Porém, a autora destaca que quanto mais afastados do fim da escravidão nos encontramos, menos podemos utilizar a escravidão como causa da situação atual do negro. E que o ponto a ser analisado seriam as relações estruturais nas desigualdades entre brancos e negros no presente. Conforme observa Almeida (2019) em seu livro Racismo Estrutural:

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2019, p.22).

Almeida (2019) também nos traz três concepções de racismo, sendo elas: individualista, institucional e estrutural. A concepção individualista pode ser entendida como uma patologia ou anomalia, considerada um fenômeno psicológico oriundo de uma irracionalidade, que de acordo com Almeida (2019) “Por isso, a concepção individualista pode não admitir a existência de “racismo”, mas somente de “preconceito” a fim de ressaltar a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua natureza política.” (ALMEIDA, 2019, p.25).

A concepção institucional diz respeito ao racismo presente nas instituições, de acordo com Almeida (2019) a dinâmica dessas instituições contribui para as vantagens e desvantagens de uma determinada parcela da população, sendo “[...] concepção institucional do racismo trata o poder como elemento central da relação racial. Com efeito, o racismo é dominação.” (ALMEIDA, 2019, p.27).

Desta feita, podemos compreender a concepção estrutural que nos traz uma perspectiva aprofundada das relações sociais, onde entende-se que “Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção.” (ALMEIDA, 2019, p.33), levando-nos a entender que o racismo está enraizado na estrutura da sociedade.

O que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. Ainda que os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial. (ALMEIDA, 2019, p.34).

O que podemos entender da perspectiva apresentada pelo autor é que o racismo estrutural está presente na sociedade brasileira de diversas formas, sendo produzido e reproduzido diariamente mesmo pela população negra sem que seja percebido.

2.3 A MULHER NEGRA E SEU PAPEL HISTÓRICO

Após esse breve contexto histórico apresentamos a trajetória das pessoas negras no Brasil, mas precisamos também compreender mais detalhadamente o lugar da mulher negra em todo esse período e qual papel a mesma representa atualmente.

A autora Kathiury Silva-d (2018) conta que no Brasil Colonial “as mulheres – tanto brancas, como negras – eram vistas, nas diversas esferas da vida, como seres subordinados a figura masculina.” (SILVA-d, 2018, p. 7). Segundo a autora, a mulher branca ainda contava com alguns privilégios por conta da sua cor, podendo por vezes até administrar propriedades.

A mulher negra por sua vez não possuía tais privilégios, de acordo com Silva-d (2018, p. 8) “Ainda no continente africano – onde as mulheres escravizadas tinham mais valor, pois eram vistas como “procriadoras” e mão de obra para a produção agrícola –, eram capturadas de suas aldeias e levadas para cativeiros.”. Podemos observar que as violências contra a mulher já aconteciam em solo africano, Silva-d (2018) salienta que essas mulheres mesmo em cativeiros eram raptadas para serem traficadas e realizar trabalho escravo no Brasil.

Essas mulheres sofriam desde sua vida na África e as que sobreviviam as condições precárias das viagens ainda eram submetidas as péssimas condições de vida, além da extrema violência que estavam à mercê. No âmbito do trabalho que exerciam Silva-d (2018) relata:

As formas de trabalho variavam de acordo com a zona em que viviam. Na zona urbana, além dos cuidados com a casa, eram induzidas a vender

alimentos e outros gêneros comerciais para gerar lucros para a família a que servia. Já no meio rural, trabalhavam nas roças de autoconsumo no cuidado com os alimentos, cuidavam dos animais, dos afazeres da casa-grande, e em alguns casos, se tornavam amas de leite, dentre outras atividades. SILVA-d, 2018, p. 8)

Lélia Gonzales (1984) salienta que a mulher negra era a mucama, que seria a escrava escolhida para auxiliar nos serviços da casa e estar mais próxima dos senhores por estar presente no cotidiano. Saffioti (1976 *apud* Gonzales 1984) conta também que os patrões mantinham relações sexuais com as negras escravizadas, relações essas que eram consideradas primárias e animais por serem provenientes apenas de desejos sexuais sem nenhum vínculo emocional.

Na obra consagrada *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Junior (1961), o autor também retrata a mulher negra de uma forma bastante objetificada:

A outra função do escravo, ou antes da mulher escrava, instrumento de satisfação das necessidades sexuais de seus senhores e dominadores, não tem um efeito menos elementar. Não ultrapassará também o nível primário e puramente animal do contato sexual, não se aproximando senão muito remotamente da esfera propriamente humana do amor. (PRADO Jr.; 1961, p. 342)

O conceito de *pater famílias*, de acordo com Moutinho (2004) funcionava como uma dupla moral sexual, já que “o pater famílias não vivia com a esposa branca a satisfação do desejo sexual e sim com a amante negra.” (MOUTINHO, 2004, p. 67). A autora também explica que o casamento era sagrado não sendo considerado espaço adequado para o erotismo.

Com isso vemos uma prática que permanece até os dias atuais, em que o corpo da mulher é reduzido a esfera da vida privada-doméstica. Araújo (2013, p.25) assegura que “se a mulher branca era tida como sacralizada em sua função de esposa e mãe, à negra escravizada só restava a função de objeto sexual”, com seu corpo altamente erotizado e hipersexualizado. Esta violência com o corpo da mulher negra influencia até os tempos atuais o estigma de que a mulher escolhida para o casamento e o relacionamento “sério” é a mulher branca e recatada.

Diante do exposto chegamos também à compreensão de que se a negra escravizada satisfazia as vontades sexuais do homem, a mulher branca ficava deixada de lado, gerando então uma rivalidade por parte da mulher branca para com a mulher negra. Sendo esta descontada em forma de agressões: “A mulher branca, senhora, empreende diversas formas de violência contra a escravizada, infligindo

maus tratos, principalmente, provocando hematomas, fraturas, queimaduras, mutilações, etc.” (ARAUJO, 2013, p. 26). Assim sendo, conseguimos compreender a hostilização e objetificação da negra escrava.

Observamos que a mulher negra realmente era vista como um objeto a fim de sempre satisfazer as vontades dos patrões, como citado acima a escrava cuidava das casas dos senhores, amamentavam e cuidavam de seus filhos e ainda eram objeto sexual. Frisamos também como seu corpo não a pertencia diante da crueldade que era a prática de ama-de-leite⁸ que consistia na prática da escrava amamentar o recém-nascido dos senhores, enquanto seus próprios filhos ficavam sem seus cuidados.

Com o passar dos anos o papel da mulher escrava foi modificando-se, contudo, continuava com toda a servidão dentro das casas dos senhores, segundo Haack (2019):

O fim do tráfico de escravizados colocou a mulher negra como principal responsável pela manutenção da escravidão, ou seja, além de produtoras no sistema de trabalho compulsório, como reprodutoras da escravidão através do princípio do “parto segue o ventre”. (HAACK, 2019, p.3)

Assis (2014) explica que o princípio do “parto segue o ventre” nada mais é do que o direito que os senhores acreditavam ter de escravizar os filhos das escravas: “ou seja, de que os filhos e filhas de escravas seriam também escravos e, como tal, pertenceriam aos proprietários de suas mães” (ASSIS, 20014, p. 1). Desse modo, com a dificuldade de traficar novos escravos por conta das legislações a nova solução foi utilizar a mulher negra como meio de manutenção do sistema.

Em 1871, foi sancionada a Lei do Ventre Livre, onde os filhos de escravas nascidos a partir dessa data eram livres, porém com suas mães cativas. Podemos observar as controvérsias da dita lei:

Art. 1º Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre. § 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mãis, os quaes terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito annos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indemnização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da

⁸ O artigo “Mãe preta: o aleitamento no período escravista” conta com mais detalhes as amas-de-leite, disponível em: <https://www.brasillianaiconografica.art.br/artigos/20196/mae-preta-o-aleitamento-no-periodo-escravista>.

presente lei. A indenização pecuniária acima fixada será paga em títulos de renda com o juro anual de 6%, os quaes se considerarão extinctos no fim de 30 annos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquelle em que o menor chegar á idade de oito annos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbitrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor. (BRASIL, 1871)

Haack (2019) nos traz esclarecimentos sobre como a Lei do Ventre Livre desorganizou a ordem escravocrata, a autora salienta que as escravas valiam mais sem seus filhos, servindo como amas. Mas se a criança sobrevivesse poderiam utilizar sua mão de obra até os 21 anos conforme era previsto na legislação

A autora ainda destaca sobre a coisificação do corpo da mulher já que segundo os vereadores da época analisavam a legislação como: “deficiente porque a declaração do ventre livre devia acompanhar também o reconhecimento do seio livre, da fonte da alimentação” (MOREIRA; PINTO, 2016 *apud* HAACK, 2019, p. 4). As mulheres escravizadas eram obrigadas a parir seus filhos e abandoná-los a fim de criar os filhos dos escravocratas, ao analisar esses fatos históricos percebemos a violência emocional que estas mulheres sofriam.

Araujo (2013) salienta a forte dominação masculina sobre as escravizadas que era resultante do que foi considerada violência simbólica, essa dominação era “exercida pela via da comunicação, do reconhecimento ou do sentimento.” (ARAUJO, 2013, p. 24). A autora também enfatiza que a violência simbólica não diminuía a violência física sofrida por essas mulheres, mas sim evidenciava essa violência que visa destruir: “É justamente nessa relação social ordinária que se constitui uma forma de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado;” (ARAUJO, 2013, p. 24). Com isso podemos entender que não somente a violência física servia para controle desses corpos, mas também a violência psicológica que era infringida a partir da dominação.

Muitas vezes o senso comum questiona: como não fugiam? Por que se submetiam? Mas através dessa análise podemos observar que as estratégias de dominação em conjunto enfraqueciam essas pessoas, tratadas como se não fossem humanos, não recebendo nenhum tipo de carinho, sendo obrigados a realizarem trabalhos árduos e sofrendo torturas constantes.

O que sempre observamos da escravidão a partir da historiografia é que o ser escravo é sempre genérico, Machado (2016, *apud* BORTONCELLO, 2018, p. 1)

coloca que “Nas pesquisas sobre a escravidão, ainda é comum notar que especialistas se referem aos escravos de forma geral, como se estes fossem isentos de gênero e sexo e pudessem ser inseridos numa categoria única.”. Na sociedade pós-abolicionista a mulher negra continuou a ser invisibilizada: “O gênero, classe e cor eram fatores para que essas mulheres não tivessem uma condição de vida muito diferente daquela do período da escravidão.” (BORTONCELLO, 2018, p. 2), ou seja, se o homem negro já era inferiorizado a mulher negra então era ainda mais inferiorizada:

A invisibilidade social da ex-escrava, gerada pelo preconceito por ser mulher, negra e pobre, nos remete a uma luta constante por notoriedade, tentando sobreviver em uma sociedade enraizada no poderio da subordinação. Entender os conflitos e os motivos que levaram essas mulheres a uma vida de resistência, por serem marginalizadas no período pós-abolicionista. (BORTONCELLO, 2018, p. 2)

A mulher sempre teve que lutar por seu espaço em uma sociedade patriarcal, a mulher negra então teria que lutar muito mais para garantir seu espaço. O histórico de trabalho doméstico acompanha a mulher negra desde a escravidão e assim permanece após a abolição da escravatura em 1888.

Não apenas de trabalhos domésticos sobreviviam as ex-escravas “[...]essas mulheres transitavam pelas ruas, trabalhando aqui e ali, como verdureiras, quitandeiras, costureiras, arrumadeiras, entre outros afazeres;” (PAPALLI, 2003 *apud* BORTONCELLO, 2018, p. 7); também haviam mulheres negras na prostituição⁹, estas eram ainda mais marginalizadas e com as histórias invisibilizadas.

No decorrer da presente pesquisa podemos refletir sobre o papel delgado a mulher negra no período da escravidão e na sociedade pós-abolicionista. Sendo ela: objetificada, sexualizada e erotizada, sempre relacionada a trabalhos do ambiente doméstico e não tendo domínio sobre seus próprios corpos. Sendo assim, obrigadas a abandonar o cuidado com suas próprias famílias para se dedicar aos cuidados das famílias dos senhores e sempre sofrendo violências físicas e psicológicas.

⁹ O artigo “Sobre a prostituição de mulheres negras no Pós-Abolição” de Beatriz do Nascimento Prechet publicado no Portal Geledés relata sobre as mulheres negras na prostituição na primeira república. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sobre-a-prostituicao-de-mulheres-negras-no-pos-abolicao/>.

Podemos observar que o relato acima não difere muito das condições da mulher negra na sociedade contemporânea, sendo ela constantemente erotizada pela sociedade em geral, tendo seus corpos hipersexualizados e também devemos considerar o debate sobre a solidão da mulher negra.

Questionava-se, de um lado, a dificuldade que as mulheres negras tinham em encontrar parceiros fixos para contraírem uma relação afetiva estável, e, por outro lado, os conflitos de gênero entre homens e mulheres. Tinha-se o entendimento de que as mulheres negras brasileiras, em geral, inclusive as militantes, não eram parceiras afetivas preferidas dos homens negros e nem dos homens brancos para constituírem um relacionamento afetivo estável, sendo as mulheres brancas as parceiras afetivo-conjugais preferenciais. (PACHECO, 2008, p. 1)

Em uma breve análise conseguimos compreender que a mulher negra historicamente foi colocada num papel de inferioridade, onde seus corpos foram objetificados e isso se reflete até os dias atuais.

Outro ponto que chama atenção é a semelhança da relação com as domésticas. Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA em 2019 traçou o perfil do trabalho doméstico no Brasil, tendo um total de 6,2 milhões de trabalhadores domésticos no Brasil. Desses trabalhadores, mais de 4 milhões são negros, sendo 3,9 milhões mulheres negras¹⁰. Observa-se que a presença da mulher negra ainda é predominância nos cargos de doméstica pelo país.

Nesse sentido Santos (2020) nos lembra que o imaginário escravocrata presente no Brasil ainda permeia a literatura, mídia e o imaginário social. Colocando a mulher negra como a mãe preta ou a mulata sensual.

Ora com a representação da “mãe preta”, que é representada como uma mulher gorda extremamente bondosa e abnegada às suas funções, que sempre está na cozinha pois sabe cozinhar como ninguém, como a personagem da Tia Nastácia do Sítio do Pica Pau Amarelo, ora como a mulata “boa de cama”, representada sempre a partir de uma parte específica do seu corpo, a bunda, como as mulheres da série de televisão Sexo e as Negas que tinha como personagens principais quatro mulheres negras, uma camareira, uma costureira, uma cozinheira e outra operária moradoras de periferia. (SANTOS, 2020, p. 3)

¹⁰ Estudo na íntegra disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35231&Itemid=444.

Não obstante, Santos (2020) ainda destaca que muitos anos após a abolição as mulheres submetidas a trabalhos de empregadas domésticas não tinham sua profissão reconhecida. Somente em 1930 a categoria começou a obter reconhecimento “O importante a ser mencionado aqui é que foi justamente nesse período que as primeiras organizações profissionais começaram a fazer pressão no Estado para a regulamentação da profissão desde o pós abolição.” (SANTOS, 2020, p. 6)

Então mesmo após 32 anos da abolição da escravatura a profissão de empregada doméstica era destinada as mulheres negras em sua maioria e ainda não havia sido regulamentada. E somente em 1941 foi sancionada a primeira lei através do decreto 3078/41¹¹, sem muitos direitos limitou-se a regulamentar os deveres do empregador e empregado.

Em passos curtos no decorrer dos anos as legislações para as empregadas domésticas no Brasil foram evoluindo, sendo que apenas em 2013 com a Lei Complementar nº 150 o trabalho das empregadas domésticas alcançou a igualdade no âmbito de direitos trabalhistas.

Art. 1º Ao empregado doméstico, assim considerado aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana, aplica-se o disposto nesta Lei. Art. 2º A duração normal do trabalho doméstico não excederá 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) semanais, observado o disposto nesta Lei. § 1º A remuneração da hora extraordinária será, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) superior ao valor da hora normal. § 2º O salário-hora normal, em caso de empregado mensalista, será obtido dividindo-se o salário mensal por 220 (duzentas e vinte) horas, salvo se o contrato estipular jornada mensal inferior que resulte em divisor diverso. § 3º O salário-dia normal, em caso de empregado mensalista, será obtido dividindo-se o salário mensal por 30 (trinta) e servirá de base para pagamento do repouso remunerado e dos feriados trabalhados. § 4º Poderá ser dispensado o acréscimo de salário e instituído regime de compensação de horas, mediante acordo escrito entre empregador e empregado, se o excesso de horas de um dia for compensado em outro dia. (BRASIL, 2013)

No entanto por mais que existam legislações que regulamentem o trabalho doméstico, ainda existem casos de trabalho análogo a escravidão. Em 1995 foi

¹¹ Entenda mais sobre as legislações em torno da categoria profissional das empregadas domésticas no artigo “Histórico legislativo do trabalho doméstico no Brasil” disponível em: <https://jus.com.br/artigos/49104/historico-legislativo-do-trabalho-domestico-no-brasil>.

criado o DETRAE¹² - Divisão De Fiscalização Para Erradicação Do trabalho Escravo e desde sua criação o DETRAE já resgatou mais de 58 mil trabalhadores em condições análogas à escravidão.

Nos últimos anos alguns casos de mulheres negras que estavam em condições de trabalho análogo a escravidão desde sua infância ficaram amplamente conhecidos. Como o caso de uma senhora¹³ de 62 anos que foi resgatada após 54 anos de trabalho análogo a escravidão, situação em que a mesma trabalhava sem receber salário e sempre enfrentando vários abusos. Outro caso que ganhou notoriedade na mídia é o de uma senhora de 84¹⁴ anos, resgatada após 72 anos de trabalho escravo.

Ambos os casos ocorreram em 2022, essas duas mulheres são apenas 2 exemplos das mais de 58 mil que já foram resgatadas. O que se observa é a mesma falácia de que essas mulheres fazem parte da família como maneira de justificar seus atos. Segundo Santos (2020) foi construído no imaginário brasileiro que o lugar reservado a mulher negra é de subalternidade e “tem relação direta com o processo de escravização no Brasil, e que de forma deliberada tem projetado às trabalhadoras domésticas a permanência de estereótipos negativos” (SANTOS, 2020, p. 9).

Diante do exposto a representação das mulheres negras perante a sociedade ainda permanece vinculada aos papéis que eram representados durante a escravidão, sendo a mãe preta que cozinava e cuidava dos brancos; ou a negra mulata que dava prazeres sexuais aos senhores brancos. Ambas ainda na contemporaneidade carregam o legado desses papéis historicamente ocupados, sendo a empregada doméstica que “é parte da família”, mas em alguns casos tem seus direitos negados; ou a mulata que é linda e sensual, porém não para se ter um relacionamento duradouro ou se constituir família.

¹² Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil – Trabalho Escravo, disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>.

¹³ Mulher negra resgatada após 54 anos de trabalho análogo a escravidão, disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2022/04/28/mulher-negra-reporter.htm>.

¹⁴ Mulher negra, de 84 anos, é resgatada de trabalho escravo doméstico após 72 anos, disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/mulher-negra-de-84-anos-e-resgatada-de-trabalho-escravo-domestico-apos-72-anos-fe77>.

3 RACIALIZAÇÃO DOS CORPOS E A RELAÇÃO DE GÊNERO NA CONTEMPORANEIDADE

Com esse breve panorama histórico conseguimos compreender a trajetória dos negros no Brasil e também no Paraná; observamos também o papel que a mulher negra representou durante todo esse processo histórico. Para aproximarmos nossa discussão do objeto de pesquisa buscaremos compreender o processo de racialização e a relação de gênero na contemporaneidade.

Segundo Ianni (1996) ocorrem as migrações transacionais e a partir dela se constroem as mais diversas relações sociais “Na complexa teia das suas relações sociais, os transmigrantes organizam e criam múltiplas e fluidas identidades” (IANNI, 1996, p. 3); podemos observar no texto do autor como através da migração são criadas as identidades a partir das diferenças.

Portanto o autor também ressalta que “As migrações transnacionais provocam reações particularmente fortes, em geral preconceituosas ou mesmo agressivas, nos países mais ricos ou dominantes” (IANNI, 1996, p.4). Sintetizando observamos que primeiro as transmigrações revelam novas culturas e modos de vida, a partir deste ponto a racialização acontece onde para se diferenciar criam-se novas identidades para tipificar um determinado grupo social.

Após essa racialização acontecer observamos que, conforme relatado pelo autor acima, foi gerado uma reação contrária por parte dos países dominantes. Inserindo esse cenário no contexto histórico anteriormente apresentado podemos compreender as raízes da racialização.

A raça, como a classe e a nação, foi um conceito desenvolvido primeiramente na Europa para ajudar a interpretação de novas relações sociais. Todas três devem ser olhadas como modos de categorização que foram sendo cada vez mais utilizados à medida que um maior número de europeus se apercebeu da existência de um crescente número de pessoas ultramarinas que pareciam ser diferentes deles. (BANTON *apud* IANNI, 1996, p. 6)

Como a segregação racial é fortemente marcada ao longo da história, esse movimento criou fortes raízes que permanecem até os dias atuais. Nos anos que se

seguiram a abolição escravagista no Brasil, foi-se construindo narrativas alternativas para a omissão da segregação racial.

Segundo Gonzales e Hasenbalg (1982) através de Gilberto Freyre foi criada uma arma ideológica contra o negro no Brasil, que seria a tão falada democracia racial. De acordo com Gonzales e Hasenbalg (1982):

A consequência implícita desta ideia é a ausência de preconceito e discriminação raciais e, portanto, a existência de iguais oportunidades econômicas e sociais para negros e brancos. Neste ponto é interessante notar que nos Estados Unidos os negros e outras minorias raciais são as exceções reconhecidas à ideologia de igualdade de oportunidades, enquanto na sociedade brasileira, hierárquica e permeada por grandes desigualdades sociais, o ideal de igualdade de oportunidade é predicado fundamentalmente no terreno racial. (GONZALES; HASENBALG, 1982, p. 84)

Compreendemos então que acreditar na democracia racial é crer na ausência do preconceito, fazendo com que as questões raciais sejam deslegitimadas em sua real importância. Gilberto Freyre em Casa-Grande e Senzala (2003) faz uma romantização da relação entre o escravocrata e os escravizados:

Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi nosso primeiro companheiro de brinquedo. (FREYRE, 2003, p. 367)

Conforme citado acima essa romantização da relação entre casa-grande e senzala apresenta-se de uma forma apaziguadora, diminuindo os efeitos de crueldade do regime escravocrata. Transformando a narrativa para um conto harmonioso onde não havia racialização apenas uma boa convivência. Portanto afirmando que sempre existiu a igualdade racial e que, conforme citado anteriormente por Gonzales e Hasenbalg (1982), as desigualdades eram pautadas em diferenças de classe e sociais, mas não racial. Alguns dos desdobramentos causados pelo mito da democracia racial foram exemplificados por Gonzales e Hasenbalg (1982):

a) existe preconceito no Brasil, mas é mais preconceito de classe do que de raça; b) a forte consciência das diferenças de cor não está relacionada à

discriminação; c) estereótipos e preconceitos negativos contra o negro são manifestados mais verbalmente do que a nível do comportamento; d) outras características tais como riqueza, ocupação, e educação são mais importantes que a raça na determinação das formas de relacionamento interpessoal.” (GONZALES; HASENBALG, 1982, p. 85).

Portanto, foi feita a separação de desigualdade social do preconceito racial, elencando a classe como maior determinante das relações sociais e desigualdades. Entretanto, faltou-se a breve compreensão de que as classes dominantes sempre foram compostas prioritariamente por pessoas brancas, enquanto a construção histórica do país levou as pessoas racializadas a ocuparem o posto de classes dominadas e conseqüentemente menor detenção de riqueza, educação e escolaridade e afins.

Entendemos sim que as classes ocupam em todas as sociedades um papel fundamental no sistema de dominação e dominado “o termo classe identifica os grandes grupos humanos que lutam e se relacionam entre si para a produção do sustento próprio, criando relações de dominação [...]” (NOGUEIRA, 1998, p. 30). Segundo Nogueira (1998) as classes estão presentes em toda a sociedade, não importando se de forma estruturada em castas ou nas estratificações da sociedade moderna.

Nogueira (1998) também levanta a questão de que o Estado se apresenta de uma maneira neutra, acima de interesses particulares e gerais, sendo então a representação do bem comum. Conseguimos observar que a ideologia de democracia racial de Gilberto Freyre, como citado anteriormente, forma um casamento perfeito com o papel que o Estado exerce no sistema capitalista.

Diante do exposto, analisamos que a romantização do período que gerou uma cicatriz histórica no país juntamente com a necessidade de o Estado exercer seu papel de bem comum, perpetua a máscara da democracia racial e da inexistência do racismo e todas as pautas que o englobam. Assim como Gonzales (1984) ressalta sobre o senso comum brasileiro acerca dos negros:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto. (GONZALES, 1984, p. 226)

Portanto, o Brasil um país permeado por muitos preconceitos raciais e ao mesmo tempo um país que “[...] numa sociedade cujas autorrepresentações renegam esse mesmo racismo, camuflando, assim um problema social que produz efeitos sobre o negro, afetando sua própria possibilidade de se constituir como um indivíduo social.” (NOGUEIRA, 1998, p. 35). Nogueira (1998) aponta que a desumanização da pessoa negra tem como consequência a objetificação dessa pessoa, que muitas vezes é vista como uma peça, e que antes de se identificar como negro nada mais é do que uma pessoa que vive entre semelhantes e se relaciona enquanto seres iguais.

Sendo assim, vemos corpos negros sendo tratados como objetos. Entretanto, como apresentado anteriormente, sempre houve uma diferenciação dos corpos masculinos e femininos; onde a mulher escravizada representava um papel diferente do homem no período escravagista. Para entendermos o que determina essa diferenciação, precisamos primeiramente compreender as relações de gênero.

Segundo Scott (1995) devido ao equívoco no uso correto das palavras sempre buscava-se um traço sexual para definir as pessoas, então o uso do termo gênero começou a ser utilizado “as feministas começaram a utilizar a palavra “gênero” mais seriamente, num sentido mais literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos.” (SCOTT, 1995, p. 72). Podemos observar que os estudos de gênero tiveram início a partir das mulheres. Partindo da necessidade de conhecer a história da mulher, pois a sociedade patriarcal sempre apaga sua participação histórica:

Para os/as historiadores/as das mulheres, não tem sido suficiente provar que as mulheres tiveram uma história, ou que as mulheres participaram das principais revoltas políticas da civilização ocidental. A reação da maioria dos/as historiadores/as não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres e, em seguida, seu confinamento ou rejeição a um domínio separado (“as mulheres tiveram uma história separada da dos homens, em consequência deixamos as feministas fazer a história das mulheres que não nos diz respeito”; ou “a história das mulheres diz respeito ao sexo e à família e deve ser feita separadamente da história política e econômica”). (SCOTT, 1995, p. 74)

Scott (1995) relata que houve também a substituição da palavra “mulheres”, em determinadas obras ou pesquisas, pela palavra “gênero”, pois segundo a autora passa uma neutralidade e também uma seriedade, dissociando do que a conotação feminina carrega.

E ficamos com o questionamento de por que o que é relacionado a figura feminina passa por esse apagamento? Não é novidade que na sociedade patriarcal o sexismo sempre esteve presente. Para entendermos melhor vamos a uma breve explicação: o sexismo¹⁵ é o preconceito sobre o sexo, em outras palavras quando um sexo (masculino/feminino) se porta como superior ao outro. Podendo também ser um delimitador de regras de conduta e postura, convívio social, vestimenta entre outros.

Ao longo da presente pesquisa, através das contextualizações históricas, podemos observar como o sexismo sempre esteve presente na vida das mulheres em geral, como uma régua delimitando e traçando os trajetos a serem percorridos pelas mulheres. Para as mulheres negras não poderia ser diferente senão pior. Lélia Gonzales (1984) aponta que o racismo em conjunto com o sexismo causa efeitos violentos na vivência das mulheres negras.

Apontando que o lugar destinado a mulher negra é sempre de servidão ou relacionado a sexualidade, de acordo com Gonzales (1984) no carnaval é onde o mito da democracia racial mais se faz presente, onde a mulher negra é colocada como a rainha desse espaço:

E é justamente no momento do rito carnavalesco que o mito é atualizado com toda a sua força simbólica. E é nesse instante que a mulher negra transforma-se única e exclusivamente na rainha, na “mulata deusa do meu samba”, “que passa com graça/fazendo pirraça/fingindo inocente/tirando o sossego da gente”. É nos desfiles das escolas de primeiro grupo que a vemos em sua máxima exaltação. Ali, ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la. (GONZALES, 1984, p. 228)

Sendo assim, analisamos que a figura da mulher curvilínea, carnavalesca e muitas vezes idealizada como a “globeleza” acontece para as mulheres que se encaixam nesse padrão da mulata. Gonzales (1984) ainda aponta que existe a visão da mulher negra como a empregada doméstica. Sendo então a mulher negra os dois” personagens” a depender de qual ponto de vista são olhadas.

Portanto, Carmo e Rodrigues (2021) ressaltam que a mulher negra é vista como objetos de desejos sexuais e que sempre são descartadas quando se pensam

¹⁵ Para uma compreensão um pouco mais profunda sobre a temática o artigo “Sexismo e o lugar de cada um na sociedade” está disponível em: <https://www.colab.re/conteudo/sexismo>.

em relações duradouras, podemos com isso fazer uma correlação diretamente com a teoria outrora já abordado de *pater famílias*; sendo um movimento continuamente reproduzido até os dias atuais.

3.1 A IMPORTÂNCIA DO FEMINISMO NEGRO

A mulher a longo da história vem sempre sofrendo o apagamento de sua participação, a identidade da mulher carrega com ela a forma que devem se portar, vestir, falar, comer etc. Como outrora mencionado Simone de Beauvoir (1980) traz uma perspectiva sobre o papel da mulher na sociedade patriarcal como “A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial.” (BEAUVOIR, 1980, p. 10)

Partindo deste pensamento Beauvoir (1980) traz a concepção do outro, sendo sempre a dualidade do indivíduo e seu contraponto sendo o outro, então para a autora a mulher nada mais é do que o outro do homem. E na busca do reconhecimento do seu lugar de direito emerge a luta feminista.

No decorrer dos anos as mulheres foram marcando seus espaços através de muita luta feminista. Porém, conforme Carneiro (2011) evidencia que as mulheres negras não alcançam esses espaços na mesma proporção que as mulheres brancas:

[...] omite-se o fato de as negras não estarem experimentando a mesma diversificação de funções sociais que a luta das mulheres produziu. De regra, considera-se satisfatório que, em um conjunto de aproximadamente metade da população feminina do país, apenas uma ou outra negra ocupe posição de importância. E, ademais, esses casos solitários são emblemas utilizados para desqualificar as denúncias de exclusão racial. (CARNEIRO, 2011, p. 110)

Percebe-se que a falta de mulheres negras nos espaços é vista com normalidade, causa essa que dificulta mais ainda a luta das mulheres negras por conquistas de espaços. Carneiro (2011) diz que a pauta da mulher negra é sempre posta de lado em prol de debater a pauta de gênero, porém pouco percebe-se que a pauta de gênero ao invés de abranger todas as mulheres, na grande maioria das vezes trata mais sobre as mulheres brancas; e temos sempre mulheres racializadas sendo invisibilizadas.

Essa temática da mulher negra invariavelmente era tratada como subitem da questão geral da mulher, mesmo em um país em que as afrodescendentes compõem aproximadamente metade da população feminina. Ou seja, o movimento feminista brasileiro se recusava a reconhecer que há uma dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres. (CARNEIRO, 2011, p. 112)

O artigo “Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina” de Sueli Carneiro (2011a), instiga-nos o pensamento: à quais mulheres pertencem a fragilidade dita feminina e quais as mulheres precisam da proteção masculina. Pois as mulheres negras sempre são exaltadas como fortes e guerreiras:

Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas (...) Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. (CARNEIRO, 2011a, p. 2)

Podemos notar que a luta do feminismo universal não incorpora totalmente a luta das mulheres racializadas, pois as pautas são completamente diferentes “Mulheres negras vêm historicamente pensando a categoria “mulher” de forma não universal e crítica, apontando sempre para a necessidade de se perceber outras possibilidades de ser mulher” (RIBEIRO; 2018, p 82); a partir da falta de auto reconhecimento, por parte das mulheres negras, dentro do feminismo surgiu a luta do feminismo negro.

Segundo Ribeiro (2018) o feminismo negro no Brasil começou a evidenciar-se a partir de 1980, as mulheres negras passaram a organizar-se coletivamente para adquirir mais visibilidade política.

Surgem organizações importantes como Geledés, Fala Preta e Criola, além de inúmeros coletivos e de uma vasta produção intelectual. Nesse sentido, Lélia Gonzales surge como um grande nome a ser debatido e estudado. Além de colocar a mulher negra no centro do debate, ela vê a hierarquização de saberes como produto da classificação racial da população, uma vez que o modelo valorizado e universal é branco. (RIBEIRO, 2018, p. 83)

A importância de organizações, espaços e autoras trabalhando sobre a temática provoca o reconhecimento, apresentando uma nova perspectiva as

mulheres negras. Ribeiro (2018) aponta também como o discurso feminista universal era dominante e que os contradiscursos são importantes para a reivindicação de existência.

Utilizar-se do discurso de que o feminismo abrange todas as mulheres e que é uma luta unificada é na mesma medida utilizar o famigerado discurso “somos todos iguais”, que comumente vem acompanhado de “o racismo existe apenas na cabeça do negro”. Esse discurso surge com o intuito de defesa de todos os seres humanos e, por conseguinte, invalidando diversas pautas como por exemplo: raciais e LGBTQIAPN+¹⁶.

Entre as feministas negras é muito falado sobre quebrar o silêncio “sobre a necessidade de não se calar ante opressões como forma de manter uma suposta unidade entre grupos oprimidos, ou seja, alertam para a importância de que ser oprimido não pode ser utilizado como desculpa para legitimar a opressão.” (RIBEIRO, 2018, p. 83).

A perpetuada máscara do silêncio que era utilizada para calar e torturar “sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar tanto de mudez quanto de tortura” (KILOMBA, 2010, p. 2) se faz presente mesmo que de maneira invisível, ainda calando as mulheres negras.

Conforme o exposto, compreendemos então que o processo de racialização e o sexismo vem colocando a mulher negra em um local demarcado na sociedade. Destaca-se que o feminismo negro se faz importante para lutar pelas pautas das mulheres negras, para valorizar a cultura negra e os atributos que essa identidade racial traz consigo. Ensinando que as mulheres negras têm voz e ela precisa ser ouvida.

¹⁶ Entenda mais sobre o significado da sigla em: <https://orientando.org/o-que-significa-lgbtqiap/>.

4 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL DAS MULHERES NEGRAS RESIDENTES EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA.

O presente trabalho trilhou um trajeto até aqui a fim de possibilitar a compreensão do que é ser mulher negra na contemporaneidade. Para tanto foi necessário compreender as raízes históricas e o papel que a mulher negra representa na sociedade brasileira.

Neste momento, para compreendermos como acontece a construção da identidade racial das mulheres negras residentes em Curitiba e Região Metropolitana, o procedimento adotado para coleta de dados foi através da realização de pesquisa de campo. Sendo aplicada a técnica de entrevistas por meio de roteiro semiestruturado.

Tratando-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, o método escolhido para realizar a análise dos dados foi o de análise de conteúdo, que para Lima et al (2014, p. 7) “São levados em consideração os sentidos semânticos relativos aos significantes do discurso e os sentidos sociológicos, além de variáveis psicossociais, contexto cultural e processo de produção da mensagem”.

Antes da realização das entrevistas foi aplicado um termo de consentimento de livre esclarecimento; a fim de manter o sigilo das entrevistadas tivemos o cuidado de utilizar nomes fictícios. As entrevistas foram realizadas com 7 mulheres negras, através de vídeo chamada, iniciadas no dia 28/07/2022 sendo a última realizada dia 14/08/2022.

Os registros foram salvos mediante gravação dos áudios das entrevistas, com a ciência das entrevistadas; posteriormente optando pela objetividade da análise dos dados a transcrição foi feita de maneira limpa¹⁷, possibilitando assim a melhor realização da análise do conteúdo.

Diante da necessidade de investigar como se constrói a identidade racial das mulheres negras em Curitiba e Região Metropolitana, foram selecionadas entrevistadas possuem diferentes perfis. O caminho percorrido para determinar esses sujeitos de pesquisa se deu através de mulheres negras que fizeram parte de

¹⁷ Uma transcrição limpa ou editada e quando é transcrito somente as partes mais importantes do áudio, sendo retiradas das transcrições repetições, interjeições e gagueiras. Para melhor compreensão fica disponível o artigo TRANSCRIÇÃO: MODELO EDITADO X LITERAL em: <https://modelotranscricoes.com.br/2019/08/26/transcricao-editado-versus-litera/>.

círculos sociais da pesquisadora, tendo as sete entrevistadas histórias de vida marcantes que levaram a construção de suas identidades raciais.

As entrevistadas pertencem a diferentes faixas etárias entre 20 e 45 anos. Com escolaridade variando entre ensino médio incompleto e Mestrado concluído, tendo ainda as rendas alternando entre R\$1500,00 a R\$4500,00. Outro ponto observado é que mais da metade das entrevistadas cresceram com a ausência da figura paterna.

Destas mulheres entrevistadas 57% se identificaram como mulheres negras de pele escura, 29% se identificaram como mulheres negras de pele clara e 14% se identificaram como pardas.

Tabela 1 – Perfil das entrevistadas

Mulheres pretas (nomes fictícios)	Idade	Escolaridade	Renda	Composição familiar	Local onde reside	Como se identifica
Marta	40	Ensino médio completo	R\$ 2.000,00	Mãe, pai e 2 irmãs	Pinhais	Preta de pele escura
Priscila	36	Pós-graduada	R\$ 3.000,00	Mãe, pai e 2 irmãs	Pinhais	Preta de pele escura
Patricia	23	Ensino médio completo	R\$ 1.500,00	Mãe e 4 irmãos	Piraquara	Preta de pele clara
Monica	35	Mestrado	R\$ 4.500,00	Mãe e 6 irmãos	Curitiba	Preta de pele escura
Paula	44	Ensino médio incompleto	R\$ 3.000,00	Mãe e 1 irmão	Pinhais	Preta de pele clara
Camila	27	Ensino superior incompleto	R\$ 2.500,00	Mãe, avó e 1 irmão	Pinhais	Parda
Gisele	27	Ensino superior completo	R\$ 2.388,00	Mãe, pai e 1 irmão	Curitiba	Preta de pele escura

A forma estabelecida para melhor compreensão dos dados coletados e assim uma melhor análise do conteúdo resultante das entrevistas, foi a elaboração de três categorias por fases da vida. Sendo elas:

1. Construção da Identidade Racial na Infância;
2. Construção da Identidade Racial na adolescência;
3. Construção da Identidade Racial na Vida Adulta.

A necessidade de formar as categorias se deu ao longo do processo das entrevistas, visto que as experiências vivenciadas se alternavam de acordo com

cada entrevistada e a composição do seu perfil. Adiante realizaremos a apresentação e análise de cada categoria.

4.1 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL NA INFÂNCIA

A primeira categoria a ser analisada é a intitulada: construção da identidade racial na infância. As perguntas contidas no roteiro de entrevista que compõe essa categoria são:

- Como foi sua infância? E seu convívio familiar durante a infância?
- Quantas mulheres negras tem na sua família? Fale um pouco sobre elas?
- Você se lembra quais foram suas primeiras impressões da escola?
- Em qual momento você sentiu que era diferente das outras pessoas? Como se sentiu e quais experiências te marcaram mais profundamente?

A entrevista é iniciada com a primeira pergunta sobre o convívio familiar, que tem como objetivo entender como foi o início da infância, como era a convivência familiar e como se sentiam. Quando questionadas acerca da infância 57% das entrevistadas consideram suas infâncias boas, salientando um bom acolhimento familiar e sentindo apoio da família em seu crescimento. Enquanto 43% consideram que as infâncias foram tranquilas, com momentos bons e ruins, porém apesar de tudo conseguiram se desenvolver bem.

A minha infância foi a melhor parte da minha vida, era só eu e meu irmão e era muito bom. Minha mãe fazia tudo que podia pra mim e pro meu irmão, no meio da semana estudava, a tarde brincava com as minhas primas, aprendi a fazer os afazeres de casa com a minha avó. Final de semana, minha mãe levava a gente pro centro todo sábado, domingo minha mãe sempre saia pra se divertir e eu ficava com meus avós ou ia pra casa das tias. (PAULA)

Quando questionado sobre o ambiente familiar, podemos observar que 57% dessas mulheres cresceram sem a presença paterna:

Minha família sempre me apoiou, por mais que meu pai não fosse presente nunca faltou nada nesse sentido. Todas as outras crianças tinham pai e eu não tinha, e todas as outras mães eram casadas e a minha mãe não. (CAMILA)

De acordo com o Censo Demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais de 8 milhões de mulheres são

responsáveis pelas suas famílias sem a presença de um cônjuge. Sendo que 53% são mulheres negras que chefiam estas famílias:

Gráfico 1 – Censo Demográfico 2010.

Categorias	Brasil
Mulheres, Branca, Responsável sem cônjuge com filho(s), 2010	3.703.774
Mulheres, Preta ou Parda, Responsável sem cônjuge com filho(s), 2010	4.260.134
Mulheres, Responsável sem cônjuge com filho(s), 2010	8.088.625

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

A figura paterna é ausente no grupo entrevistado, e no curto período de vivência com o genitor, 29% informou que esta relação foi marcada pela dependência química, uma vez que seus pais abusavam do uso de álcool. E apenas 14% não relatou ter problemas com a figura paterna durante seu crescimento:

Meu pai todo final de semana queria matar a minha mãe. E devido a isso até agora eu tenho que fazer tratamento porque eu tenho insônia, foram cicatrizes que ficaram e hoje eu vejo um dano na minha vida por causa disso. A gente tinha que ficar de vigília pra ele não matar minha mãe, ele abria a porta e a gente acordava assustada com medo. (MARTA)

Outro ponto considerado relevante para a construção da identidade racial no período da infância foi a presença de mulheres negras durante o crescimento. Quando questionadas sobre isso apenas 14% das entrevistadas relatou não ter presença de mulheres negras no seu crescimento. A falta da presença de mulheres negras para gerar a identificação durante o período da infância gerou questionamentos:

Boa parte da minha família é branca, boa parte é da família do meu pai, mas eu não tive muito contato. Eu olhava pra minha mãe e pra minha avó e era estranho porque elas tinham um padrão e eu me perguntava “será que quando eu crescer vou ficar igual elas?” (CAMILA)

E para 86% das entrevistadas a mulher negra na criação foi bastante presente, sendo observado que estas mulheres sempre estiveram em um contexto de trabalho árduo para criação de seus filhos, salientando novamente que a maioria das entrevistadas cresceu com a ausência da figura paterna.

Não tenho lembrança de uma referência de alguém antes da minha geração que tivesse tido uma formação, eu já via assim onde a gente passava a

gente não via mulheres negras se destacando, nas novelas as mulheres negras sempre eram escravas; tinha muitas novelas de escravas, então aquilo já me trazia uma referência que a mulher negra não ia chegar em lugar nenhum. A mulher negra realmente seria uma doméstica e foi o que aconteceu comigo aos 13 anos fui trabalhar de doméstica. (MARTA)

Perante a fala marcante da entrevistada Marta “a mulher negra não ia chegar a lugar nenhum” observamos que a falta de representatividade no contexto de seu crescimento somente afirma o que já havia sido apontado anteriormente no primeiro capítulo do presente trabalho. A mídia reforça o papel da mulher negra na sociedade e faz com que se entenda que este é o caminho a seguir, sem que haja questionamentos.

Quando avançamos a entrevista e iniciamos a fase escolar encontramos diferentes cenários e perspectivas. Onde 14% das entrevistadas gostaram muito do período escolar, tinha a escola como um lugar de diversão, aprendizado e de segurança; o refúgio dos problemas encontrados em casa.

Eu sempre fui muito bem acolhida, gostava muito da escola, demais do ambiente escolar. Lugar de diversão, de fazer amizade, de ficar em movimento, de ter conhecimento e um lugar de proteção. Um lugar que eu estava segura. (MONICA)

Sendo que 43% das entrevistadas não relataram ter sido muito afetadas pelo preconceito, enquanto os outros 43% tiveram experiências ruins no ambiente escolar, sofrendo racismo por parte dos colegas e inclusive até por parte dos profissionais que lá atuavam:

Eu odiava ir pra escola, ir pra escola era sempre uma tortura, eu ia porque meu pai exigia [...] Eles não deixavam ir no banheiro, me marcou tanto que eu lembro das professoras e elas me obrigavam, eu pedia pra ir no banheiro e eu não era bagunceira e elas falavam não. E muitas vezes eu mijava nas calças e depois eu não queria nem levantar mais. (MARTA)

Os xingamentos e as ofensas, os puxões de cabelo, chicletes no cabelo era constante e fazia parte da minha rotina. Eu sabia que eu ia sair de casa, do meu conforto e ia ir pro colégio e ia sofrer isso. Isso fez com que eu me tornasse uma pessoa mais agressiva e mais fechada. (PATRICIA)

A escola foi muito difícil pra mim por conta da cor, sofria muito preconceito na escola. Odiava ir pra aula, foi lá que eu descobri o que era preconceito e descobri o que era ser negra. Foi na escola que eu descobri que ser negro não era uma coisa boa, porque a minha família é toda negra, então sempre foi natural, não era ruim. (PRISCILA)

As falas das três entrevistadas demarcam o preconceito sofrido no ambiente escolar e a falta de apoio por parte dos profissionais para amenizar as agressões. Salienta-se também que o preconceito não acontece apenas com as negras de pele escura, pois como apontado anteriormente a maioria das mulheres entrevistadas não relataram ter sido tão afetadas pelo racismo presente no ambiente escolar.

Outro ponto importante a destacar é a fala da entrevistada Patricia “isso fez com que eu me tornasse uma pessoa mais agressiva e mais fechada”, segundo Nogueira (1998) o processo de desumanização da pessoa negra tem como consequência o bloqueio da identificação nas relações sociais, ou seja, a falta de conexão com o outro afeta a forma que as relações sociais acontecem.

Ao decorrer da entrevista foi questionado a essas mulheres em qual momento elas sentiram que eram diferentes, e apenas 57% dessas mulheres sentiram que eram diferentes das demais crianças no período da infância. Mais especificamente ao ingressarem no ambiente escolar.

Foi quando eu entrei no colégio eu tive a ciência de fato que eu sou uma pessoa negra, todo mundo me olha diferente por causa disso, pela minha cor de pele, pela minha estrutura física. Eu acho que foi o maior baque de todos, você olhar todo mundo igual e você diferente, isso já é uma coisa que você fica se sentindo deslocada e desconfortável. Porque não são diferentes que acolhem, são diferentes que julgam. (PATRICIA)

Primeiro porque eu era a única negra da sala de aula e senti esse preconceito desde o pré, dos meninos não quererem ter contato. Sofrer ofensa por causa do cabelo, por conta da cor da pele, por ser muito magra. Ser chamada de várias palavras pejorativas pelas crianças. Não mudou o comportamento em casa porque sofrer o racismo era natural, quando eu conversava com as minhas irmãs elas também tinham sofrido, então era natural, todo negro sofria preconceito. Isso vai acontecer e você tem que se preparar. (PRISCILA)

Outro ponto que podemos destacar é que os relatos das entrevistadas tratam de períodos escolares diferentes. A entrevistada Priscila atualmente aos seus 36 anos cursou o período escolar por volta de 1992, enquanto a entrevistada Patricia esteve em seu período escolar em 2005. Podemos observar que mesmo com a mudança geracional a semelhança do preconceito vivido ainda permaneceu o mesmo.

Diante do exposto, podemos destacar que a construção da identidade racial se dá a partir da infância. O que pode ser observado também é que dentro do

ambiente familiar as crianças não perceberam a distinção de cor. Após a entrada no ambiente escolar é percebida essa racialização mesmo com a passagem geracional.

Aqui necessitamos observar a infância como uma etapa que constrói as percepções da vida, segundo Silva e Souza (2018) faz-se necessário compreender que as várias facetas da infância moldam o caráter social, cultural, político e econômico do adulto que essa criança irá se tornar.

Sendo assim, destacamos que a racialização e o preconceito vem sendo comum no cotidiano das crianças, moldando a forma com que essas crianças vão desenvolvendo suas individualidades. Moitinho (2009), em seu estudo etnomológico sobre o ambiente escolar, ressalta que:

Percebemos que ser chamado de preto é considerado uma ofensa, ou até mesmo como “caso de polícia”, ou seja, as crianças vão vivenciando o preconceito no processo de socialização nos espaços do cotidiano. A criança vai adquirindo a noção do outro, do diferente, também em termos raciais. Ela vai adquirindo e interpretando essas diferenças nas relações sociais. (MOITINHO, 2009, p. 17)

Sendo assim, a maioria das meninas negras entram em ambiente escolar e se deparam com o preconceito e por vezes são orientadas a normalizarem. Uma vez que todos os familiares já passaram por este processo. Enquanto outras expressam suas insatisfações se tornando mais bélicas para combater o preconceito. Ainda ressaltamos que para crianças passarem por determinadas situações é traumatizante e deixam cicatrizes profundas em seu desenvolvimento.

4.2 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL NA ADOLESCÊNCIA

Ao passo em que falamos sobre a construção de uma identidade racial entendemos que ela acontece por etapas; segundo Bock (2007) a adolescência deixa de ser apenas a fase entre a infância e a vida adulta e passa a ser vista como uma construção social com repercussões na subjetividade e no desenvolvimento da vida adulta.

Sendo assim, elencamos a importância de analisar a construção da identidade racial em uma categoria dedicada somente a adolescência, momento da vida no qual acontecem significativas transformações pessoais. A categoria intitulada: construção da identidade racial na adolescência. No roteiro de entrevista é composta pelas seguintes perguntas:

- Em qual momento você sentiu que era diferente das outras pessoas? Como se sentiu e quais experiências te marcaram mais profundamente?
- Como foi a sua adolescência? E como foram os seus primeiros relacionamentos?
- Quando percebeu que era negra? Como se sentiu após essa compreensão? Como se deu sua relação com a cor da sua pele e com seu cabelo?
- Em algum momento da sua vida você sentiu que precisava se adequar a algum padrão para se sentir aceita ou pertencente a um determinado grupo/espço?

O segundo momento da entrevista é iniciado com uma pergunta que para algumas candidatas foi respondida na etapa da infância, porém 29% das entrevistadas relatam que sentiram que eram diferentes e tiveram experiências marcantes no período da adolescência.

Foi na adolescência que eu percebi que eu era diferente. Eu me retraí quando eu percebi que as pessoas tinham meio que uma vergonha de ficar comigo, então eu resolvi mudar isso porque se eu ficar me escondendo eu deixo de ser o que eu quero ser por causa dos outros. Então eu vou ser o que eu tenho que ser. (CAMILA)

Quando questionadas acerca da negritude e da relação com a pele e o cabelo apenas 14% das entrevistadas tinha uma boa relação com a pele e o cabelo. Enquanto 86% das entrevistadas relataram que passaram e algumas ainda passam por dificuldades para aceitar seu cabelo natural.

Em questão a minha pele eu não tenho problema, eu sempre tive problema com o meu cabelo, porque eu não gosto, eu sinto muito em ter meu cabelo assim, porque eu não gosto. Eu gosto do meu cabelo alisado, mas não por questão das pessoas, mas incomoda a mim. (PAULA)

Com relação a pele 43% das entrevistadas relataram passar por problemas de aceitação com relação a cor da sua pele:

Eu queria ser branca, eu queria me tornar branca, eu queria como eles diziam tomar banho suficiente até ficar branca, porque eu era encardida. Eu tinha aquilo na minha cabeça, “mas eu não sou errada”; mas estou errada ao mesmo tempo porque eu era a única diferente. Foi criando um sentimento de injúria comigo “por que que eu nasci diferente? Por que que o resto é todo igual? Por que que eles são os normais e a gente é diferente?” (PATRICIA)

Eu odiava, porque não tinha nada de bom em ser negra, o cabelo era horrível não dava pra fazer nada, eu tinha sempre que cortar baixinho igual de homem, meu nariz era grande, meus lábios eram grandes, então tudo era ruim. Não tinha nada que era bom, eu não conseguia ver o lado bom disso porque pra mim só trazia isso: maltrato e dor. Não via vantagem nenhuma de ser negra. (MARTA)

Naquela época se eu pudesse mudar quando eu era criança eu gostaria de ser branca, eu tinha essa coisa eu queria ser branca, queria ter cabelo liso. A gente colocava saia na cabeça porque queria ter o cabelo grande e comprido, queria ter o cabelo liso. A nossa alegria era quando a mãe passava o pente quente na nossa cabeça pra deixar o cabelo liso igual das outras meninas. Eu negava, não queria ser negra. (PRISCILA)

Conforme anteriormente citado a demonização da figura do negro enraizado na sociedade faz com que as diversas mulheres negras tenham esse sentimento de repudiar a própria cor. As falas das entrevistadas conversam bastante com o texto “A mulher que queria ser branca, aquela que fui” recentemente publicado pelo site *Blogueiras Pretas*¹⁸, onde a Doutora Thayz Athayde faz uma reflexão sobre a busca da branquitude imposta pela sociedade:

Durante muito tempo eu tive tanto medo que não conseguia me reconhecer, me via num ideal embranquecido, que tinha como promessa chegar em um lugar onde tudo seria melhor. E durante toda a minha vida eu só ouvi que ser melhor era ser branco. Ninguém dizia que ser negro era ruim, mas também não era dito nada sobre ser negro. (ATHAYDE, 2022, n.p.)

Sendo assim, não é dito explicitamente que ser negro é ruim, pois como já abordamos esse processo foi uma construção histórica, assim como o preconceito continua tão forte quanto sempre foi; gerando traumas que fazem com que as pessoas fujam ou não aceitem a cor de sua pele.

Conforme Carneiro (2011) argumenta a busca por um padrão idealizado dentro da sociedade brasileira, mesmo que esse seja um padrão que contrarie a realidade de sua população, que é majoritariamente composta por negros e mestiços. A mídia sempre transmitiu “a imagem da sociedade brasileira projetada nos veículos de comunicação de massa em geral e na publicidade em particular assemelha-se à de um país escandinavo.” (CARNEIRO, 2011, p. 153). Sendo assim, conseguimos compreender que não é a falta de afirmação de que ser negro é ruim,

¹⁸ O texto “A mulher que queria ser branca, aquela que fui” está disponível em: <http://blogueirasnegras.org/a-mulher-que-queria-ser-branca/>.

mas sim a exaltação de que ser branco é muito bom, que faz com que tantas mulheres negras busquem esse ideal.

Outra pergunta importante está ligada aos relacionamentos na adolescência, sendo esse um fator importante que marca esta etapa da vida de muitas mulheres; algumas entrevistadas só passaram a perceber como eram racializadas nesse momento, onde a atratividade tornou-se seletiva.

Quando questionadas sobre o início dos relacionamentos amorosos 86% das entrevistadas relataram que enfrentaram dificuldades. Onde não havia interesse por parte dos possíveis parceiros e quando havia era sempre para manter o relacionamento em segredo para que ninguém soubesse.

Era difícil, ninguém quer namorar uma neguinha, todo mundo quer ficar com uma neguinha escondido, porque as famílias das pessoas são preconceituosas. Tipo quer ficar escondido porque a família não gostava, os relacionamentos que eu tive ninguém queria assumir uma neguinha, pra apresentar pra sociedade tinha que ser uma branca de cabelo liso. O único relacionamento sério que eu tive foi com um negro, porque a família era toda negra e não tinha por que esconder, com gente branca não tive relacionamento sério só escondidos. (PAULA)

Por ser negra até nisso eu lembro que na escola minhas amigas todas sempre tinham o namoradinho que gostavam, eu não gostava de ninguém, porque Deus me livre se soubessem que eu gostava de alguém, era como se eu não tivesse direito a isso e ninguém ia querer. Ninguém ia querer que uma negra gostasse, então eu só odiava, principalmente os piás, porque eles só me traziam ódio pela forma como eles me tratavam. Por meu pai ser alcoólatra já me trazia que a figura masculina era horrível. (MARTA)

Conforme discorrido ao longo do presente trabalho esta prática de mulher negra para satisfação sexual e mulher branca para casar nada mais é do que um hábito histórico. Carneiro (1995) novamente evidência:

Em primeiro lugar é verdadeiro que as mulheres negras são socialmente desvalorizadas em todos os níveis. Inclusive esteticamente como é verdadeiro também que as mulheres brancas constituem o ideal estético feminino em nossa sociedade. (CARNEIRO, 1995, p. 547)

Completando a categoria da adolescência finalizamos com o questionamento sobre a mudança de aparência ou comportamental para se encaixar em um determinado padrão ou grupo social. Temos que 57% das entrevistadas relataram que no período da adolescência tentaram se encaixar em um padrão estético para

se sentirem mais aceitas. Enquanto 43% disseram que não sentiam necessidade de ser diferentes do que eram no período da adolescência.

A gente quer mudar o cabelo, então a gente alisa o cabelo pra ser igual; a gente quer ficar mais branquinha, então a gente compra um pó de uma tonalidade diferente só pra ficar mais claro. Ou você para de ficar tomando tanto sol, pra ver se a sua pele fica um pouco mais clara, eu já fiz diversas coisas. (PATRICIA)

Eu lembro que a primeira vez que a gente alisou o cabelo, ficou bem marcado, porque a gente pensou agora a gente vai parecer igual menina branca né. Vamos alisar o cabelo e eu lembro que a gente mexia muito o cabelo, molhava toda hora pro cabelo mexer, porque a gente não sabia o que era o cabelo mexer. O meu cabelo é dos crespos do pior que existe, bem, bem cacheado, pra não dizer duro. A gente alisou os cabelos e eu lembro que eu fui bem azarada porque o meu quebrou tudo e não foi pra frente, eu vi que ia ser bem impossível. Eu lembro que eles passavam uma soda e ficou bem marcado o cheiro da soda, eu pensei “meu Deus como é difícil ser branca, como a gente sofre”. Tinha uma coisa deles ficarem xingando a gente e eu era seca, seca, seca e eu achava que eu era gorda. Porque como o padrão era ser magra e branca por não atingir outras partes da mulher branca eu era seca de doer e achava que eu era gorda, porque eu achava que nunca estava no padrão desejado. (MARTA)

Diante de uma fala tão profunda da entrevistada fazemos uma análise da forma como os corpos são ideologicamente projetados, segundo Nogueira (1998) o corpo humano está além do biológico; para a autora o corpo é uma representação social sendo influenciado por diversos elementos como religião, grupo familiar, classe social, entre outros. De acordo com Nogueira (1998) a análise social do corpo possibilita compreender que a sociedade privilegia um determinado número de características e atributos.

Desse modo, quem está mais perto desses atributos é considerado confiável e integro perante a sociedade “É assim que, em função da aparência (atributos físicos), alguém é considerado como um indivíduo capaz ou não de cometer uma transgressão (atributos morais)” (NOGUEIRA, 1998, p.45).

Desta feita, até o presente momento não é difícil entender que os corpos negros estão o mais distante possíveis dessa tipificação social “Dessa forma, a rede de significações atribuiu ao corpo negro a significância daquilo que é indesejável, inaceitável, por contraste com o corpo branco, parâmetro da autorrepresentação dos indivíduos.” (NOGUEIRA, 1998, p. 46)

Sendo assim, conseguimos analisar que a fase da adolescência para as entrevistadas foi demarcada, em sua grande maioria, por processos dolorosos e profundos. Onde o sentimento de deslocamento social faz com que essas mulheres

se rejeitassem e tentassem a todo custo alcançar os padrões impostos pela sociedade.

4.3 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL NA VIDA ADULTA

Segundo Carneiro (1995) a construção da identidade é um processo de aproximação com o outro com quem desejamos nos assemelhar, ou seja, um processo de reconhecimento; na mesma medida que é um processo de afastamento do outro que nos causa estranheza.

Como última etapa das entrevistas realizadas para compreensão da construção da identidade da mulher negra em Curitiba e Região Metropolitana, iremos agora nos debruçar sobre a fase da vida adulta. A categoria intitulada: construção da identidade racial na vida adulta. Tendo como perguntas norteadoras as seguintes questões:

- Como foi sua entrada no mercado de trabalho? Suas primeiras impressões e primeiros empregos?
- Você considera que passou por um momento de transformação após entender e aceitar que é uma mulher negra?

O ingresso no mercado de trabalho é um acontecimento importante na vida adulta. Quando questionadas sobre a inserção no mercado profissional as respostas foram unânimes, todas as 7 entrevistadas relataram sentir a presença da racialização e preconceito quando se tratava do espaço de trabalho.

Na área profissional é bem demarcado, é onde eu sinto mais isso. Eu sinto porque no escalão de cargo de chefia e liderança são pouquíssimas mulheres negras, nos equipamentos em geral eu sou a única mulher negra, a única do coletivo como um todo. E eu vejo que a minha voz sempre chega num lugar de menor potencial ou vasão, porque me parece que as pessoas sempre estão desconfiadas que eu vou brigar, a negra afrontosa. (MONICA)

Eu fui trabalhar num lugar que trabalhava com público e a dona do lugar me falou que eu não podia ficar com o meu cabelo solto que ia chamar muita atenção. (CAMILA)

Eu estou trabalhando numa concessionária e eu sei que jamais eles me colocariam de recepcionista ou de vendedora lá na frente, não vejo nenhum negro só tem um gerente que é negro e não é nem da loja que eu fico. Ali onde eu estou eu sou a única negra que existe e eu trabalho numa parte escondida. (MARTA)

Uma vez eu fui numa entrevista era pro âmbito administrativo e a pessoa que me entrevistou abordou essa questão dizendo que eu ia ter que me

esforçar muito mais por conta da cor da minha pele e eu não fui admitida nesse emprego. (PRISCILA)

Eu sempre tive aquela impressão que pra ser reconhecida eu tinha que me esforçar mais, pra alguém ver o meu trabalho ser reconhecida tinha que me esforçar mais. (GISELE)

O problema no emprego agora em si é que não aceitam onde eu estou. Quando eu estava no mesmo cargo que eles, pra eles era indiferente, que era ali que eu tinha que estar. A partir do momento que eu mudo de cargo vem o desrespeito, eu comecei a mudar de cargo várias vezes no ano, isso incomodou muita gente. (PAULA)

A maioria dos lugares que eu trabalhei a maioria era de pessoas brancas, com um certo nível de dinheiro um pouco maior. Então a gente tinha que se adequar muito ao falar, porque qualquer coisa você era tido como louco ou selvagem, uma vez eu escutei isso que a gente era mais agressivo então a gente tinha que se portar de maneira diferente para que agrade os demais. (PATRICIA)

No que tange a pauta das mulheres negras inseridas no mercado de trabalho a desigualdade é ainda maior. De acordo com Feijó (2021) para acontecer, a nível de igualdade, a distribuição de renda deveria pertencer a maior parte da população “[...] maiores rendimentos sendo composto majoritariamente por homens brancos (44%). As mulheres negras, por sua vez, representam apenas cerca de 9% das pessoas que estão no decil de maiores rendimentos.” (FEIJÓ, 2021, n.p.). Podemos observar que a mulher negra está em última posição quando o assunto é cargos e salários.

Segundo Kilomba (2010) um dos mecanismos do racismo é o processo de recusa para legitimar a exclusão racial “Eles/elas querem tomar o que é Nosso, por isso têm de ser excluídos” (KILOMBA, 2010, p. 174). Para a branquitude os lugares de reconhecimento, cargos de alto escalão e salários maiores são pertencentes a eles por direito. Para Kilomba (2010, p. 174) “Enquanto o sujeito negro se transforma em inimigo intrusivo, o branco torna-se a vítima compassiva, ou seja, o opressor torna-se oprimido e o oprimido, o tirano.”

Utilizar-se desse mecanismo gera um ciclo onde ocorre a opressão e quando o oprimido se posiciona contra ele, conforme até relatado pelas entrevistadas, o oprimido passa a ser colocado em um lugar de agressividade ou selvageria. E mais uma vez, vemos os mecanismos de dominação sobre os corpos negros; ditando como falar, como se vestir, qual padrão seguir e demais comportamentos considerados aceitos pela elite branca dominante.

Para finalizar as entrevistas considerou-se pertinente questionar a essas mulheres negras: em que período de suas vidas elas sentiram que passaram por uma transformação e aceitaram sua negritude.

Para 57% das entrevistadas esse momento aconteceu quando aceitaram seus cabelos naturais, algumas realizando a transição capilar outras apenas aprendendo a cuidar melhor de seus cabelos.

Quando eu fiz a minha transição capilar, que foi sair da minha progressiva pra assumir os meus cachos, foi o momento que eu me senti mais negra, mais bonita. Que eu assumi meu cabelo, aprendi a cuidar do meu cabelo, eu não voltei mais a fazer progressiva. (GISELE)

Eu aceitei quando eu parei de fazer a progressiva no cabelo e ser natural. Ainda tenho alguns problemas com meu cabelo, de estar muito pro alto ou do cabelo liso ser mais bonito. Mas eu aceitei meu cabelo de fato aos 17/18 anos e aceitar meu tom de pele, meu nariz, minha testa, meu cabelo e tamanho das minhas mãos. Aceitei muita coisa, me senti uma pessoa incrível que geralmente eu não percebia. (PATRICIA)

Para outros 29% o processo de aceitação da cor veio com naturalidade aprendendo a se amar no processo, porém ainda relataram ter dificuldades com o cabelo por não gostarem do mesmo.

Eu já pensava vou gostar de quem gosta de mim. Ainda tinha o negócio do cabelo, cor da pele nunca pegou depois de jovem, eu gostava porque era considerado algo sexual, sexy e eu gostava dessa pegada. A única coisa ruim era o cabelo, até hoje estou tentando não olhar uma mulher branca e desejar. A única coisa seria o cabelo, só quando era pequena que não entendia porque Deus tinha feito isso, achava uma sacanagem. (MARTA)

As demais 14% destas mulheres relataram que após o processo de transformação pessoal e a aceitação da sua identidade de mulher negra passou a entender que precisava ser ainda melhor nos espaços em que se faz presente, pois sua voz representa a voz de várias mulheres negras.

Foi muito transformador, porque eu comecei a unir forças, porque ai eu entendi que cada espaço que eu estava era muito importante que eu fosse muito boa, boa de bonita, de bem arrumada, de inteligente, de saber lidar com os conflitos, não desistir fácil, não mostrar uma vulnerabilidade tão fácil. (MONICA)

Diante do exposto, através dos relatos das entrevistadas podemos analisar que o processo de construção da identidade racial da mulher negra é um processo

complexo. Desde a infância essas mulheres vêm aprendendo a lidar com o racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira.

Espera-se que crianças experienciem suas infâncias como um processo de aprendizado e diversão; contudo o que as crianças negras experienciam são maus-tratos, crueldade e sofrimento. Tendo que aprender a se defender e ser forte desde a infância. A menina negra sai do acolhimento familiar para enfrentar o ambiente escolar e ser hostilizada, sem nem ao menos entender o que está acontecendo, porque está sendo tratada de maneira diferente.

A desumanização dos corpos negros faz com que as pessoas brancas esqueçam que por trás da cor da pele existe um ser humano, que ama e sente em igual proporção. A hostilização sofrida desde a infância faz com que essas mulheres cresçam com um instinto de defesa aguçado.

Existem dois caminhos a escolher: 1) ser complacente com a forma que é tratada; 2) ser questionadora e ter seu comportamento comparado a selvageria. E com isso observamos novamente o padrão se repetir: a máscara do silêncio sendo colocada novamente, ou a máscara da falta de intelecto e selvageria se fazendo presente outra vez. A mulher negra: ou ela é muda, ou ela é selvagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Me tornei uma pessoa extremamente mais livre, é maravilhoso poder lavar o cabelo e fazer ele secar sozinho ao vento. É gostoso ver que muita gente está conseguindo se desprender disso pra poder ser livre, é só isso que a gente queria ser: livre. E eu consegui graças a Deus. (PATRICIA)

É com essa fala de uma das entrevistadas que iniciamos as considerações finais, a entrevistada relata a liberdade de poder usar seus cabelos naturais. A frase muito marcante acerca da liberdade nos faz pensar sobre toda a trajetória que percorremos no presente trabalho.

Diante disto, pensando sobre liberdade podemos fazer uma análise sobre a mulher negra antes escrava e a mulher negra na contemporaneidade. O papel da negra escrava, como apresentado anteriormente, sempre esteve permeado por trabalhos servis, sendo a “mãe preta” que cuida, que cozinha e limpa; porém enquanto essas mulheres cuidam dos brancos, seus filhos crescem sem cuidado. Outro papel desempenhado pela negra escrava estava na satisfação sexual de seus patrões, tendo seus corpos altamente sexualizados.

Fazendo uma breve comparação com a mulher negra na contemporaneidade temos que, a mulher negra continua sendo escolhida para trabalhos de cuidados e domésticos, necessita trabalhar desde muito jovem abdicando de cuidar de seus próprios filhos para pôr sustento em sua casa.

Outro ponto a ser considerado é a forma como o padrão histórico se repete até quando se fala em relacionamentos. Uma vez que a mulher negra ocupa o lugar da mulher que todos querem se relacionar as escondidas, mas nunca assumir um relacionamento, em outras palavras: objeto sexual.

Diante dessas análises podemos observar que a liberdade é muito questionável, se mesmo após 134 anos da abolição da escravatura no Brasil o papel da mulher negra na contemporaneidade ainda é muito similar ao da negra escravizada.

Deste modo, consideramos que o problema de pesquisa que deu origem ao presente trabalho foi respondido, assim como o objetivo geral: refletir sobre a

construção da identidade racial da mulher negra residente em Curitiba e Região metropolitana: sob o olhar do Serviço Social.

Ressaltamos também que para alcançar os resultados dessa pesquisa elencaram-se quatro objetivos específicos, sendo eles: apresentar um panorama histórico sobre a diáspora africana e o papel da mulher negra nesse processo histórico; conceituar o que é raça, etnia, racismo estrutural e identidade racial; identificar o processo de racialização, a relação de gênero e feminismo negro; apresentar o perfil das entrevistadas assim como análise dos dados a partir de categorias sobre a concepção do que é ser mulher negra em Curitiba e Região Metropolitana.

Consideramos também que o primeiro e segundo objetivos específicos foram alcançados no primeiro capítulo. Uma vez que para melhor compreensão acerca da temática viu-se a necessidade de trazer os elementos históricos sobre a população negra no Brasil. Apresentando o panorama histórico da diáspora africana que trata sobre os raptos de africanos e sua chegada ao Brasil; a maneira como eram comercializados como mercadoria nos mercados negreiros. Também buscamos evidenciar a escravidão no Paraná, pois a presença da mão de obra escrava por diversas vezes sofre um apagamento; onde tudo que é evidenciado é a presença dos imigrantes europeus.

Ainda no primeiro capítulo viu-se a necessidade de explicar raça, etnia, racismo estrutural e identidade racial. Para uma melhor compreensão de qual era a forma de diferenciação dos corpos. Assim como, apresentar o papel da mulher negra da escravidão até a contemporaneidade.

Em seguida, no segundo capítulo buscamos compreender o processo de racialização dos corpos e a relação de gênero na contemporaneidade. Mesmo após a abolição da escravatura os brancos continuaram como a raça superior e tudo que era diferente do padrão branco ainda é racializado. No segundo capítulo também foram abordadas questões sobre a importância do feminismo negro, uma vez que o feminismo universalizado não abrange todas as pautas necessária na busca de igualdade para as mulheres negras. Diante do exposto consideramos que o terceiro objetivo específico foi alcançado no segundo capítulo.

Para compreendermos como acontece a construção da identidade racial da mulher negra especificamente em Curitiba e Região Metropolitana, fez-se necessário realizar uma pesquisa de campo através de entrevistas com 7 mulheres

negras. Os resultados das entrevistas foram apresentados através de categorias divididas por etapas da vida, sendo elas: infância, adolescência e vida adulta. Assim alcançando o quarto objetivo estabelecido para esta pesquisa.

Diante disso, a presente pesquisa foi elaborada com uma abordagem que estabelecesse uma conexão da história com a contemporaneidade, sempre ressaltando como a história se repete ao longo dos anos através da reprodução dos mesmos comportamentos. Sendo assim, visamos abordar o período histórico de forma empática, enxergando os africanos raptados de suas famílias como seres humanos, que sentem sede, sono, fome, frio e acima de tudo possuem sentimentos.

Partindo dessa perspectiva podemos ressaltar também que a mulher negra ao decorrer de todos esses anos vem ocupando o último local em uma escala de superioridade. Como abordado no decorrer da pesquisa a mulher negra é o outro do outro, historicamente ocupando o papéis preestabelecidos como o de cuidadora de todos, enquanto ninguém cuida dessas mulheres. Sojourner Truth¹⁹ em seu discurso “e não sou uma mulher?” realizado em 1851 já questionava o papel da mulher negra na sociedade americana:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? (TRUTH, 2014, n.p)

Diante desse contexto entendemos que ser mulher negra traz consigo na bagagem esse local de invisibilidade onde ninguém quer estar. Ao longo da análise das entrevistas podemos observar que a maioria das meninas negras vem sofrendo desde sua infância com o preconceito. Com algumas passando por uma adolescência onde tenta se encaixar em um padrão para se sentir pertencente a essa sociedade. Para pôr fim, em sua vida adulta encontrar o seu lugar e aprender a se amar como mulher e como negra.

Sendo assim, a pesquisadora se identificou com a temática, uma vez que também é uma mulher negra, percorrendo o mesmo caminho das entrevistadas no período de construção da sua identidade racial. A construção da identidade racial da

¹⁹ Discurso completo disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>

mulher negra acontece desde sua infância, neste ponto citamos uma consideração feita pela orientadora da pesquisa Raquel Barcelos de Araújo:

A construção da identidade da mulher negra é permeada por todos esses conflitos e desafios, que são tanto objetivo - uma vez que enfrentam em seu cotidiano o racismo estrutural - como subjetivo, já que desde a infância precisaram lidar com a desumanização histórica dos corpos negros, os tratando de forma hostil já que em primeiro lugar veem a cor de sua pele e não a pessoa que habita aquele corpo. (ARAÚJO, 2022)

Desse modo, espera-se que a pesquisa contribua para a compreensão do processo da construção da identidade racial da mulher negra de Curitiba e Região Metropolitana. Contribua também para a produção acadêmica sobre a temática, ensejando, possivelmente novos estudos e também, apoiar a categoria profissional nos debates e projetos que envolvem a mulher negra na contemporaneidade.

Ressaltamos que a pesquisadora se sentiu honrada em realizar a pesquisa e contribuir com a visibilidade deste assunto que precisa ser muito debatido. A pesquisadora entende também que a representatividade é muito importante para garantir mudanças e assim alcançar um lugar justo para tantas mulheres maltratadas e invisibilizadas durante suas vidas.

Por fim, conclui-se que esta pesquisa é uma de muitas a serem realizadas, trazendo um sentimento de inquietação que instiga a pesquisadora a continuar. Mas também um sentimento de dever cumprido e gratidão, pois o curso de Bacharelado em Serviço Social possibilitou a pesquisadora conhecer um novo panorama sobre as diferentes expressões da questão social no Brasil, mudando a forma como a mesma enxergaria as relações sociais e a vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. Feminismos Plurais, São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

ARAUJO, Ariella Silva. A MULHER NEGRA NO PÓS-ABOLIÇÃO. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 5, n. 9, p. 22-36, fev. 2013. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/234>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

ASSIS, Cátia da C. L. de. LIBERDADE SOB CONTROLE: LEI DE EMANCIPAÇÃO E FAMÍLIAS ESCRAVAS. **XVI Encontro Regional de História Anaph-RJ: Saberes e práticas científicas**, Rio de Janeiro, ago. 2014.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

BOCK, A. M. Bahia. A Adolescência Como Construção Social: estudos sobre livros destinados a pais e educadores. **Psicol. Esc. Educ**, v. 11, n. 1, jun. 2007.

BRASIL, **LEI Nº 2.040, DE 28 DE SETEMBRO DE 1871 - Lei do Ventre Livre**, Brasília: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1871. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acessado em: 14/07/2022.

BRASIL, **LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 2º DE ABRIL DE 2013 – PEC das Domésticas**. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm. Acessado em: 21/08/2022.

CARMO, Nádia A. do; RODRIGUES, O. da Silva. “Minha carne não me define”: a hipersexualização da mulher negra no Brasil. **O Público e o Privado**. n. 40, p. 73-100, set/dez. 2021.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, Raça e Ascensão Social, **Estudos Feministas**, v. 3, n. 02, jul. 1995.

_____, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

_____, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Portal Geledés**. Mar. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>.

CARVALHO, Flávia M. de. Diáspora africana: travessia atlântica e identidades recriadas nos espaços coloniais. **MNEME – Revista de Humanidades**, Caicó, v. 11, n. 27, p.14-24, dez. 2010.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da Recordação e Outros Movimentos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FEIJÓ, Janaína. A mulher negra no mercado de trabalho. **Blog do Ibre**, jul. 2021. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/mulher-negra-no-mercado-de-trabalho>. Acessado em 22/08/2022.

FELIPE, Delton Aparecido. A presença negra na história do Paraná (Brasil): a memória entre o esquecimento e a lembrança. **Revista De História Da UEG**, Maringá, v. 7, n. 1, p. 156-171, set. 2018.

FERREIRA, Melissa D.; JÚNIOR, José Costa; RIBEIRO, Isabelle L. Bitarães. Racismo sem Racistas: Entendendo o Racismo Estrutural. **VIII Seminário de Iniciação Científica do IFMG**, Ribeirão das Neves, ago. 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala – Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48° ed. Recife: Global Editora, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento Negro e Educação: Resignificado e politizando a Raça**. Educ. Soc. v.33, São Paulo: 2012.

GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Coleção 2 pontos; v. 3. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

_____, Lélia. RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GUIMARÃES, Antonio S. Alfredo. Raça, cor, cor da pele e etnia. **Caderno de Campos**, São Paulo, n. 20, p. 265-271, set. 2011.

GUTIÉRREZ, Horácio. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. **HISTÓRIA**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 100-122, dez. 2006.

HAACK, Marina Camilo. MATERNIDADE E ESCRAVIDÃO: DISPUTAS, AGÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS. **ANPUH-Brasil 30º Simpósio Nacional de História**, Recife, jul. 2019.

IANNI, Octavio. A Racialização do Mundo. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, São Paulo, v. 8, n.1, mai. 1996.

IBGE, **Estatísticas de Gênero – Censo Demográfico 2010**, disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?ind=4707%2526loc=%2526cat=-1,1,2,-2,-3,70,71,72,73,74,75,76,77,128>. Acessado em: 22/08/2022.

KILOMBA, Grada. **A Máscara**. Tradução de Jessica de Oliveira de Jesus. São Paulo. 2010.

LEITE, Maria J. dos Santos. Tráfico Atlântico, Escravidão e Resistência no Brasil. **Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana** ano X, n. XIX, p. 64-82, ago. 2017.

LIMA, A. C. da S.; MAGALHÃES, C. S. C. A.; ASSIS, S. M. de; SILVA, S. H. dos S. C. e. O Deesafio do Conhecimento. **Revista Eletrônica Inter- Legere**, n. 14, jun. 2014.

MALAFAIA, Evelyn Dias Siqueira. **A Importância da Representatividade Negra na Construção de Identificação em Crianças Negras a Partir de Literatura Infanto-Juvenil Negra**. Copene, Minas Gerais, 2018.

MOITINHO, Sara. A Criança Negra no Cotidiano Escolar. **Agência financiadora CNPQ**, Rio de Janeiro, 2009.

MORAES, Airton de; ROCHA, R. C. Galdin. Históriografia e a escravidão africana no Paraná: alguns apontamentos. **História e Ensino**, Londrina, v. 10, p. 127-144, out. 2004.

MOTA, Y. B. S.; MATOS, T. A. S.; PEREIRA, N. S. da Silva. A Imagem dos Escravos Como Bens e Riquezas dos Senhores de Engenho: Critérios de Avaliação no Período Colonial. **XV Enecult Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, Salvador, v. 1, ago. 2019.

MOUTINHO, Laura. “Raça”, sexualidade e gênero na construção da identidade nacional: uma comparação entre Brasil e África do Sul. **Caderno Pagu**, v. 23, p. 55-88, set. 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

NATT, Elisângela D. M.; CARRIERI, Alexandre de P. A Teoria das Representações Sociais e Análise de Conteúdo: Instrumentos que se Complementam na Pesquisa em Administração. **Cadernos de Estudos Sociais**, Belo Horizonte, v. 2, n. 29, p. 73-94, jul.-dez. 2014.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Significações do Corpo Negro**. Doutorado em Psicologia – Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1998.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **“Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar”;** escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. Campinas, SP, mar. 2008.

PAIVA, João G. de. Trabalho Escravo e Trabalho Livre nos Anúncios de Jornais em Curitiba no Século XIX. **Trabalho de Conclusão de Curso de História UFPR**, Curitiba, jan. 2013.

PANTA, M. A. dos Santos *et al.* O Pioneirismo Negro no norte do Paraná: Justiniano Clímaco da Silva, o Doutor Preto. **Laboratório de Cultura e Estudos Afro-brasileiros – LEAFRO**, Londrina, p. 1460-1473, abr. 2010.

PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. Relações Raciais No Brasil E A Construção Da Identidade Da Pessoa Negra. **Pesquisas e Práticas Psicossociais – PPP**, São João Del Rei, v. 9, n. 2, p. 257-266, nov. 2014.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

OLIVEIRA, Crysia Mayara de *et al.* A Quebra do Padrão de Beleza: A Aceitação da Mulher Negra na Sociedade. **I Simpósio Internacional de Ensino e Culturas Afro-brasileiras e Lusitanas (SINAFRO)**, Pau dos Ferros – RN, abr. 2018.

OLIVEIRA-b, F. C. de. A presença do negro na formação de Curitiba: diálogos na comunidade escolar. PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2016**. Curitiba: SEED/PR., 2018. V.1. (Cadernos PDE). Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/sinopses2016/historia_sinopse.pdf. Acesso em 14/07/2022. ISBN 978-85-8015-093-3

REIS, Marilise L. M. dos. DIÁSPORA COMO MOVIMENTO SOCIAL: A Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diaspora e as políticas de combate do racismo numa perspectiva transnacional. **Tese Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política UFSC**, Florianópolis, abr. 2012.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. 1 ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____, Djamila. **O Que é Lugar de Fala?**. 4 ed. Feminismos Plurais, São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

SANTOS, M. H. Lima dos. A Representação da Mulher Negra no Trabalho Domestico. **XIII Encontro Estadual de História – Histórias e Mídias: Narrativas em Disputa**. Bahia, set. 2020

SILVA, Waldinea C. da. Navios Negreiros: Tipologias, Fabricação e Manejo da Carga das Embarcações Utilizadas para o Tráfico de Africanos para o Brasil. **IX Semana de História da UNP**, Natal, n. 66, p. 40-46, abr. 2009.

SILVA-b, Nádia Maria Vieira da. A redenção que não houve: astentativas de branqueamento da população mestiça no Brasil no final do século XIX e inícios do século XX. In: **Revista Digital Simonse**, ano 5, n. 9, p. 134-150, dez. 2018. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen.

SILVA-c, Tainan Maria Guimarães Silva e. O Colorismo e Suas Bases Históricas Discriminatórias. **Revista Direito UNIFACS – Debate Virtual**, Salvador, n. 211, p.1-19, nov. 2017.

SILVA-d, Kathiusy Gomes da. ESCRAVIDÃO, ESCRAVIZADAS E A FAMÍLIA ESCRAVA: MULHER NEGRA NA FORMAÇÃO DA FAMÍLIA ESCRAVA. **XVI Encontro de História da ANPUH-MS**, Mato Grosso do Sul, out. 2018.

SILVA, Maria A. Lima; SOARES, Rafael L. Silva. Reflexões Sobre os Conceitos de Raça e Etnia. **Revista Eletrônica de Culturas e Educação**, Salvador, v. 2, n. 4, p.99-115, nov. 2011.

SILVA, K. G. B. da; SOUZA, F. N. de. A solidão das meninas negras: apagamento do racismo e negação de experiências nas representações de animações infantis. **Revista Eco-Pós**, v. 21, p. 75-96, 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. **Tradução Revista Educação & Realidade**, , v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez. 1995.

XAVIER, Antonio R.; XAVIER, Lisimere C. do Vale. Colonização e Formação da Sociedade Brasileira: Causas, Características e Consequências. **XI Encontro Cearense de História da Educação – ECHE I Encontro Nacional do Núcleo de História e Memória da Educação – ENHIME**, Fortaleza, GT10 – Educação, Memória e Sociedade, p.1838-1855, jun. 2012.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistada e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulada A Construção da Identidade Racial da Mulher Negra em Curitiba e Região Metropolitana: Sob o olhar do Serviço Social desenvolvida por Any Kamilla dos Santos. Fui informada, ainda, de que a pesquisa é (coordenada / orientada) por Raquel Barcelos de Araujo, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário via telefone nº4199648-3468 ou e-mail Raquel.a@uninter.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informada dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é entrevista para pesquisa de campo de projeto de conclusão de curso.

Fui também esclarecida de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, conforme a Resolução 466/2012.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semiestruturada (a ser gravada a partir da assinatura desta autorização). O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (s) orientador (es) / coordenador (es).

Fui ainda informada de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Cidade, __ de ____ de 2022.

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura do (a) aluno (a) pesquisador (a): _____

Assinatura do (a) professor (a) orientador (a): _____

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Renda:

Composição familiar:

Onde mora:

Como você se classifica: como Branca, Preta ou Parda?

- 1) Como foi sua infância? E seu convívio familiar durante a infância?
- 2) Quantas mulheres negras tem na sua família? Fale um pouco sobre elas?
- 3) Você se lembra quais foram suas primeiras impressões da escola?
- 4) Como se sentiu e quais experiências te marcaram mais profundamente?
- 5) Em qual momento você sentiu que era diferente das outras pessoas?
- 6) Quando percebeu que era negra? Como se sentiu após essa compreensão?
- 7) Como se deu sua relação com a cor da sua pele e com seu cabelo?
- 8) Como foi a sua adolescência? e como foram os seus primeiros relacionamentos?
- 9) Em algum momento da sua vida você sentiu que precisava se adequar a algum padrão para se sentir aceita ou pertencente a um determinado grupo/espço?
- 10) Você considera que passou por um momento de transformação após entender e aceitar que é uma mulher negra?
- 11) Como foi sua entrada no mercado de trabalho? Suas primeiras impressões e primeiros empregos?